



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 001A/2011

Tipo de Licitação: Menor Preço

Objeto: O objeto da presente licitação consiste no Registro de Preços de Serviço Móvel Pessoal – SMP, tráfego de dados e acesso remoto à Internet, na forma de um plano corporativo a ser contratado por órgãos e entidades do Governo do Estado de Minas Gerais e de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, para ligações originadas das estações móveis deste plano.

RECIBO

A Empresa _____
CNPJ nº. _____, retirou este Edital e deseja ser
informada de qualquer alteração pelo *e-mail* _____ ou pelo
fax: _____

_____, aos ____ / ____ / ____

(Assinatura)

OBS: Este recibo deverá ser remetido ao Pregoeiro por meio do *e-mail*:

licitacoes@planejamento.mg.gov.br

A SEPLAG não se responsabiliza por comunicações à empresa que não
encaminhar este recibo ou prestar informações incorretas no mesmo.



ÍNDICE

1. PREÂMBULO	4
2. OBJETO	4
3. DOS CONCEITOS/DOS TERMOS TÉCNICOS	5
4. DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL – SMP	6
5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	7
6. DOS ENVELOPES	7
7. DO CREDENCIAMENTO	8
8. DA PROPOSTA COMERCIAL	11
9. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	12
10. SESSÃO DE JULGAMENTO	15
11. DOS RECURSOS	20
12. DA HOMOLOGAÇÃO	21
13. FRAUDE E CORRUPÇÃO	21
14. DISPOSIÇÕES GERAIS	22
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	25
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL	36
ANEXO III - MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO	43
ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO	44
ANEXO V – DECLARAÇÃO MENOR DE DEZOITO ANOS	45
ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO	46
ANEXO VII – FICHA DE AVALIAÇÃO DE NÍVEL DE SERVIÇO	47
ANEXO VIII – MINUTAS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS	48
ANEXO IX - MINUTAS DOS CONTRATOS	70
ANEXO X – ÓRGÃOS PARTICIPANTES	103



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão

ANEXO XI – DEMONSTRATIVO DOS CONTRATOS ATUAIS.....	105
ANEXO XII – MINUTA DO TERMO DE ADESÃO	107



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS

Nº. 001A/2011

1. PREÂMBULO

O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, gestora deste Registro de Preços, realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, em sessão pública, a ser realizada no **dia 12 de janeiro de 2011** às 09h nas salas 06 e 07 do 2º andar do Edifício “Gerais”, situado à Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n, Bairro Serra Verde – Belo Horizonte/MG, para Registro de Preços referente à prestação de Serviço Móvel Pessoal, tráfego de voz e dados, com acesso remoto à Internet, na forma de Plano Corporativo e de Serviço Telefônico Fixo Comutado, nas modalidades Longa Distância Nacional e Internacional, conforme condições, descrições e especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I) e demais disposições deste Edital.

O Pregão será realizado pelo Pregoeiro Gustavo Henrique Campos dos Santos, conforme Resolução nº. 27, de 20 de Maio de 2010.

Este processo será regido pelos Decretos Estaduais nº. 44.786 e 44.787, de 18 de abril de 2008; pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002; pela Lei Estadual nº. 14.167, de 10 de janeiro de 2002; e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações; pelo Plano Geral de Autorização do Serviço Móvel Pessoal – SMP, aprovado pela Resolução nº 321, de 27 de setembro de 2002; pelo Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP, aprovado pela Resolução nº. 477, de 07 de agosto de 2007, e demais normas regulamentadoras expedidas pela ANATEL relativas à prestação do Serviço Móvel Pessoal e o que mais for exigido neste edital.

2. OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços de Serviço Móvel Pessoal – SMP, tráfego de dados e acesso remoto à Internet, na forma de um Plano Corporativo a ser



contratado por órgãos e entidades do Governo do Estado de Minas Gerais e de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, para ligações originadas das estações móveis deste Plano.

2.2. O objeto está dividido em 03 (três) lotes e para os quais o(s) participante(s) vencedor(es) se compromete(m) em atender nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

2.3. Para cada lote, será considerado vencedor o participante que demandar menor valor para o fornecimento dos serviços relativos ao mesmo.

2.4. Encontram-se consignadas no **ANEXO I – Termo de Referência**, as regras de negócio dos serviços a serem prestados e outras informações relevantes, necessárias à formulação de proposta;

3. DOS CONCEITOS/DOS TERMOS TÉCNICOS

3.1. Para fins de inequívoca compreensão das expressões técnicas empregadas neste Edital e em seus anexos, entende-se por:

- a) ANATEL: Agência Nacional de Telecomunicações, entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função de órgão regulador das telecomunicações e sede no Distrito Federal;
- b) Área de Cobertura: área geográfica em que uma Estação Móvel pode ser atendida pelo equipamento rádio de uma Estação Rádio Base do SMP;
- c) Área de Prestação: área geográfica, composta por um conjunto de Áreas de Registro, delimitada no Termo de Autorização, na qual a Prestadora de SMP está autorizada a explorar o serviço;
- d) Área de Serviço da Prestadora: conjunto de Áreas de Cobertura de uma mesma Prestadora de SMP;
- e) Assinatura: valor fixo mensal devido pelo Usuário por ter ao seu dispor o SMP nas condições previstas no Plano de Serviço ao qual, por opção, está vinculado;
- f) Habilitação: valor devido pelo Usuário em razão da Ativação de sua Estação Móvel;



- g) Prestadora do SMP: entidade que detém autorização para prestar o SMP;
- h) Serviço Móvel Pessoal – SMP: serviço de telecomunicações móvel terrestre de interesse coletivo que possibilita a comunicação entre Estações Móveis e de Estações Móveis para outras estações, observado o disposto no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007 da ANATEL.
- i) Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao Uso do Público em Geral – STFC: serviço de telecomunicações que, por meio de transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia;
- j) Usuário: pessoa física ou jurídica que se utiliza do SMP e do STFC, independentemente de contrato de prestação de serviço ou inscrição junto à prestadora;

4. DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL – SMP

4.1. O atendimento à cidade deve ser entendido como sendo aquele que propicia a prestação do Serviço Móvel Pessoal – SMP no perímetro urbano da sede do município.

4.2. O serviço deverá ser prestado em plena conformidade com a regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, aplicável ao Serviço Móvel Pessoal – SMP e ao Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC.

4.3. O serviço prestado deverá oferecer planos de serviço de forma equânime e não discriminatória, podendo a prestadora oferecer planos alternativos adicionais específicos, desde que aprovados pela ANATEL.

4.4. O serviço deve ser ofertado pela(s) prestadora(s) em condições semelhantes às aquelas por ela(s) já oferecida, com capacidade de prover telefonia e transmissão de dados compatível com as aplicações previstas, devendo ter capacidade de suportar velocidades mínimas previstas no item 3.11 do Anexo I deste Edital, em condições normais de operação.

4.5. Caso a prestadora vencedora venha optar por introduzir uma nova tecnologia, ela deverá garantir que tais modificações, quando implantadas, não comprometam o funcionamento normal do serviço.



4.6. Deverão ser atendidos os critérios mínimos de qualidade dos serviços, conforme previsto pela regulamentação da ANATEL.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderá participar do presente certame pessoa jurídica que, na data de recebimento das Propostas e dos Documentos de Habilitação estabelecidos no item 6 – Dos Envelopes, seja detentora de Termo de Autorização expedido pela ANATEL para a prestação dos serviços licitados, constantes do Anexo I.

5.2. Não poderá participar desta Licitação a empresa:

5.2.1. em processo de falência, concordata ou recuperação judicial, sob concurso de credor, em dissolução ou em liquidação;

5.2.2. em regime de consórcio;

5.2.3. estrangeira que não funcione no país;

5.2.4. com o direito de contratar com a Administração Pública Estadual, suspenso ou por estar declarada inidônea;

5.2.5. que esteja cumprindo penalidade que a impeça de participar da Licitação junto à Administração Pública Estadual;

5.2.6. que possua participação direta ou indireta de sócio, diretor ou responsável técnico que tenha vínculo funcional com qualquer instituição do Poder Executivo do Governo Estado de Minas Gerais.

5.3. A participação no certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

6. DOS ENVELOPES

6.1. Os envelopes “Proposta Comercial” e “Documentos de Habilitação” deverão ser indevassáveis, devidamente fechados e entregues ao Pregoeiro na sessão pública de abertura deste certame, conforme instruções a seguir, e endereço, dia e horário especificados abaixo:

- Salas 06 e 07 do 2º andar do Edifício Gerais, da Cidade Administrativa de Minas Gerais. Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG.

DATA: 12 / 01 / 2011



HORÁRIO: 09h

6.2. Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

<p>ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO</p> <p>SUBSECRETARIA DE GESTÃO.</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS N°. 001A/2011</p> <p><u>ENVELOPE I</u> – PROPOSTA COMERCIAL</p> <p>LOTE:.....</p> <p>PROPONENTE:.....</p>

<p>ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO</p> <p>SUBSECRETARIA DE GESTÃO.</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS N°. 001A/2011</p> <p><u>ENVELOPE II</u> – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</p> <p>PROPONENTE.....</p>

6.3. A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão não aceitará os envelopes de “Proposta Comercial” e “Documentos de Habilitação” que não forem entregues ao Pregoeiro, no local, data e horário definidos neste edital.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. Na sessão pública de realização do pregão, o representante do licitante deverá se apresentar para credenciamento, junto ao Pregoeiro, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame e a responder pela representada, devendo, ainda, identificar-se, exibindo a Cédula de Identidade ou outro documento equivalente (apresentando o original e cópia simples).

7.2. O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, ou documento que comprove os necessários poderes especiais para formular ofertas e lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do licitante.



7.2.1. No caso de sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa licitante, deverá ser apresentado cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social juntamente com as alterações que comprovem sua capacidade de representação legal, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações. Em caso de administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembléia em que se deu a eleição.

7.2.2. No caso de credenciamento por instrumento particular de procuração, com firma reconhecida de dirigente, sócio ou proprietário da empresa licitante, deverá ser apresentada no momento do credenciamento, cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social acompanhado da última alteração estatutária ou contratual, e ata de eleição da Diretoria em exercício, no qual estejam expressos os poderes do signatário para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

7.3. O licitante que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº. 123/06, disciplinados no Decreto Estadual nº. 44.630/07 e pela Resolução SEPLAG nº 058/2007, contemplados nos itens 7.5.1, 8.3.2.3 e ss., 9.2.6 e 10.7 deste Edital, deverão comprovar a condição de pequena empresa por meio de Credenciamento no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão com a apresentação do documento:

7.3.1. se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, o original ou cópia autenticada da declaração de enquadramento arquivada ou original da certidão simplificada expedida pela Junta Comercial da sede da Pequena Empresa;

7.3.2. se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, o original ou cópia autenticada da declaração de enquadramento arquivada ou da Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede da Pequena Empresa.

7.4. Na hipótese de o Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas não emitir o documento mencionado no item 7.3.2 deste artigo, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06, será aceita, mediante a comprovação dessa circunstância, pelo CAGEF, declaração de porte feita pelo representante da empresa, sob as penas da lei.

7.5. A empresa licitante deverá apresentar declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo do Anexo VI.



7.5.1. A pequena empresa que apresentar restrições na documentação relativa à comprovação de regularidade fiscal deverá fazê-la constar da Declaração de que trata o item 7.4 deste Edital, conforme modelo a seguir:

<p style="text-align: center;">DECLARAÇÃO</p> <p>A empresa, CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e firma o compromisso de que irá adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, sob pena de aplicação do art. 12 da Lei Estadual n.º. Lei n.º. 14167, de 10, de janeiro de 2002, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial para Registro de Preços n.º. 001A/2011.</p> <p>Data e local</p> <p>_____</p> <p>Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal</p>

7.5.2. Será facultado ao representante da empresa firmar a declaração de que trata esta cláusula, por ocasião do credenciamento.

7.6. O documento de credenciamento deverá obedecer ao modelo do Anexo III.

7.7. A certidão, de que trata o item 7.3, e a declaração, de que trata o item 7.5, deverão ser apresentadas FORA DE QUALQUER ENVELOPE, juntamente com os documentos exigidos para credenciamento.

7.8. Será admitido apenas 1 (um) representante para cada empresa licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

7.9. A ausência do credenciado importará a imediata exclusão do licitante da sessão de lances e renúncia ao direito de manifestação de interposição de recursos.



8. DA PROPOSTA COMERCIAL

8.1. A Proposta Comercial deverá ser elaborada conforme o ANEXO II e tem por finalidade apresentar o valor, em reais, que serão avaliados pelo Pregoeiro no que concerne à adequação aos requisitos nos termos deste Edital.

8.2. As Propostas Comerciais deverão preencher os seguintes requisitos:

- a) ser redigida em 01 (uma) via em língua portuguesa, legível, sem cotações alternativas de valor, nem emendas, rasuras ou entrelinhas que comprometam seu entendimento, que deve ser inequívoco;
- b) fazer menção ao número da Licitação em epígrafe, bem como ao número de inscrição no CNPJ e a denominação ou razão social;
- c) ser datada e assinada na última folha pelo representante legal da empresa e ter as demais folhas rubricadas;
- d) consignar prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da sessão de recebimento das Propostas Comercial e dos Documentos de Habilitação. Em caso de omissão desta informação será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias;
- e) estar de acordo com as regras definidas no Anexo I – Termo de Referência. Se a proposta omitir algum elemento descritivo do objeto da presente Licitação, a prestadora adjudicada se obrigará a entregá-lo conforme as regras deste Edital;

8.3. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, financeiros e trabalhistas, taxas, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da contratada.

8.3.1. Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

8.3.2. Os fornecedores estabelecidos no estado de Minas Gerais ficam isentos do ICMS, conforme dispõe o art. 6º, e item 136, da Parte I, do Anexo I, do Decreto nº. 43.080, de 13 de dezembro de 2002, e suas alterações posteriores.

8.3.2.1. O fornecedor mineiro deverá informar em suas propostas comerciais as informações relativas ao preço do produto (ou serviço) e ao preço resultante da dedução do ICMS.



8.3.2.2. A classificação das propostas, etapa de lances e o julgamento dos preços serão realizados a partir dos preços nos quais estejam inclusos os valores relativos ao ICMS.

8.3.2.3. O disposto nos subitens 8.3.2.1 e 8.3.2.2 não se aplica aos contribuintes mineiros enquadrados como pequena empresa optantes pelo regime do Simples Nacional e para contratação de serviços.

8.3.2.4. As pequenas empresas mineiras optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar em suas propostas apenas os preços com ICMS.

8.3.2.5. As pequenas empresas mineiras não optantes pelo Simples Nacional farão suas propostas conforme o disposto nos itens 8.3.2.1 a 8.3.2.2.

8.3.2.6. As pequenas empresas mineiras de que trata o item 8.3.2.4, deverão anexar em suas propostas comerciais a ficha de inscrição estadual na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo o pregoeiro, na sua falta, consultar a opção por este regime através do site: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>.

8.3.2.7. O fornecedor mineiro, caso seja vencedor, deverá enviar juntamente com os documentos de habilitação, sua proposta comercial assinada e atualizada com os valores finais ofertados durante a sessão deste Pregão, informando na proposta, além do preço resultante da dedução do ICMS, o preço normal de mercado dos produtos ou serviços.

8.4. A apresentação de Proposta implicará plena aceitação, por parte da prestadora, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

9. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. REGULARIDADE JURÍDICA

9.1.1. Documento de identificação do responsável pela assinatura do contrato e, se for o caso, procuração;

9.1.2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

9.1.3. Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, e no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;



9.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

9.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.1.6. Os documentos relacionados nos subitens 9.1.1 a 9.1.4 não precisarão constar do Envelope “Documentos de Habilitação” se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

9.2. REGULARIDADE FISCAL

9.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;

9.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

9.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede do licitante;

9.2.4. Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.2.5. Certificado de Situação Regular perante o Sistema de Seguridade Social - INSS, ou prova de garantia em juízo de valor suficiente para pagamento do débito, quando em litígio.

9.2.6. A pequena empresa deverá apresentar toda a documentação relativa à comprovação da regularidade fiscal.

9.2.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de pequena empresa, assegurar-se-á o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a pequena empresa for declarada vencedora do certame, para a devida e necessária regularização.

9.2.6.2. A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

9.2.6.3. O prazo previsto no item 9.2.6.1 poderá ser prorrogado por igual período, se requerido pelo licitante e expressamente autorizado pela Administração.

9.2.6.4. A não regularização da documentação, no prazo deste item, implicará a decadência do direito à contratação.

9.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA



9.3.1. Cópia do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

9.3.2. Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, emitida nos últimos 06 (seis) meses;

9.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.4.1. Apresentação de Termo de Autorização do Serviço Móvel Pessoal celebrado com a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL para a prestação dos serviços ora licitados.

9.5. DECLARAÇÕES

9.5.1. Declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Estadual ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Estadual, conforme ANEXO IV;

9.5.2. Declaração de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalhador menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme ANEXO V.

9.6. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

9.6.1. O licitante que possuir o Certificado de Registro Cadastral – Cadastramento (CRC) emitido pela Unidade Cadastradora da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG poderá apresentá-lo para utilizar-se de documento nele constante como substituto de documento exigido para este certame, desde que o documento do CRC esteja com a validade em vigor. Caso o documento constante no CRC esteja com a validade expirada, tal documento não poderá ser utilizado como substituto, devendo ser apresentado o documento exigido para este certame com a validade em vigor.

9.6.1.1. Serão analisados no CRC somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros documentos do CRC, mesmo que estejam com a validade expirada.



9.6.2. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou em cópia simples acompanhada do respectivo original para ser autenticada pelo pregoeiro ou por membro de sua equipe de apoio, no momento da análise dos documentos de habilitação, ou ainda em publicação feita em veículo de imprensa apropriado.

9.6.2.1. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

9.6.2.2. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será inabilitado.

9.6.3. O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante vencedor.

9.6.4. Em se tratando de licitante empresa estrangeira, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

10. SESSÃO DE JULGAMENTO

10.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas participantes, o Pregoeiro declarará aberta a sessão pública, dando recebimento dos envelopes I e II contendo respectivamente a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação.

10.1.1. Conjuntamente com os respectivos credenciamentos, os licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento às exigências do Edital e os envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação.

10.1.2. As pequenas empresas deverão entregar junto com a declaração de pleno atendimento às exigências do Edital, a certidão de comprovação do porte de pequena empresa conforme disposto no item 7.3 deste Edital.

10.2. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.2.1. Aberto o Envelope I – Proposta Comercial, o Pregoeiro verificará a existência de envelopes contendo propostas para os Lotes 1, 2 e 3.



10.2.2. Serão abertos os envelopes contendo as propostas para os Lotes 1, 2 e 3, nesta ordem, verificando-se o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

10.2.3. Dentre as propostas classificadas, o Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor valor e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor, para participarem dos lances verbais.

10.2.3.1. Se não houver, no mínimo, 3 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), incluída a proposta de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

10.2.3.2. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

10.2.4. Se duas ou mais propostas iniciais ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de classificação para fins de apresentação de lances.

10.2.5. Serão desclassificadas as propostas:

- a) Elaboradas em desacordo com os termos do Edital e seus Anexos, ou que se opuserem a qualquer dispositivo legal vigente, ressalvados os equívocos irrelevantes que não comprometam sua clareza, desde que não prejudiquem os interesses da administração, a finalidade e a segurança da contratação;
- b) Que sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos que inviabilizem o julgamento;

10.3. LANCES VERBAIS

10.3.1. Observada a ordem de classificação das proponentes, será dada a oportunidade para apresentação de lances verbais, de valores distintos e decrescentes, iniciando pela proponente da proposta de maior valor entre as classificadas, observado o disposto no item 10.2.5.

10.3.1.1. O licitante poderá cobrir o seu próprio lance e não obrigatoriamente o de menor valor da sessão. Neste caso, será considerado como lance vencedor do lote apenas o de menor valor.



10.3.2. O lance deverá ser apresentado, verbalmente, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos e deverá observar as seguintes condições:

10.3.2.1. Caso o lance seja igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), deverá ser, no mínimo, 1% (um por cento) menor que o valor mais baixo ofertado até aquele momento;

10.3.2.2. Caso o lance seja inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), deverá ser, no mínimo, R\$5.000,00 (cinco mil reais) menor que o valor mais baixo ofertado até aquele momento;

10.3.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último valor apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

10.3.4. A não apresentação de lance, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na manutenção do último valor apresentado pela participante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

10.3.5. Não poderá haver desistência das propostas apresentadas, sujeitando-se a empresa participante as penalidades cabíveis.

10.3.6. A etapa de lances será considerada encerrada quando:

- a) todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances; ou
- b) o licitante, na ordem seqüencial definida, oferecer preço global com valor zero.

10.3.7. O licitante que ofertar valor global zero pelo lote em disputa deverá declarar, de imediato, que os serviços e produtos serão prestados e fornecidos com materiais e instalações já disponíveis sem custo adicional e que está renunciando à totalidade da remuneração que seria devida pela Contratante (art. 44, §3º, Lei Federal nº 8.666/1993).

10.3.7.1. A declaração de que trata este item deverá demonstrar, ainda, a exequibilidade da proposta, informando que o licitante está ciente de que, pelos valores ofertados, deverá prestar os serviços da forma e modo previstos no edital e que:

10.3.7.1.1. com recursos, bens, serviços e equipamentos próprios, ou de terceiros quando as circunstâncias assim exigirem, conseguirá prestar devidamente o serviço objeto do edital sem



comprometimento de sua estabilidade econômico-financeira e sem comprometer a execução do contrato;

10.3.7.1.2. em decorrência dos contratos futuramente celebrados, em razão da assinatura da Ata de Registro de Preços, outras formas de receita serão auferidas indiretamente pela empresa, tais como a receita advinda de interconexão.

10.4. JULGAMENTO

10.4.1. O processo de Lances Verbais conforme item 10.3 será repetido até que reste apenas uma Proponente, o que se dará quando as demais optarem por não apresentarem proposta substitutiva.

10.4.2. No caso de não haver Lance Verbal, a determinação da proposta vencedora será feita a partir da classificação inicial citada em 10.2.3, considerando o disposto nos itens 10.2.4. e 10.2.5.

10.4.3. Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital.

10.4.4. Sendo aceita a proposta de menor valor, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do participante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

10.4.5. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta realizada.

10.4.6. Se a proposta não for aceita ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as propostas subseqüentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do proponente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, cujo proponente será declarado vencedor do respectivo lote.

10.5. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos participantes.

10.6. Concluído o processo para um determinado lote, será reiniciado o procedimento para os demais lotes até a conclusão de todos os lotes.



Preferência às pequenas e microempresas

10.7. Após a apuração da melhor proposta válida, observada a classificação das propostas até o momento, será assegurado às pequenas empresas o direito de preferência à contratação, observadas as seguintes regras.

10.7.1. O pregoeiro convocará a pequena empresa detentora da proposta de maior valor dentre aquelas que estejam na situação de empate, ou seja, cujos valores sejam iguais ou inferiores em até 5% (cinco por cento) em relação ao valor apresentado pelo proponente vencedor, para que apresente nova proposta de valor SUPERIOR ao valor da melhor oferta inicial, no prazo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

10.7.2. Realizada nova oferta de valor, nos termos do subitem anterior, o pregoeiro examinará a aceitabilidade desta, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

10.7.3. Sendo aceitável a nova oferta de valor, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da pequena empresa que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

10.7.3.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo previsto no item 9.2.6, para a devida e necessária regularização.

10.7.3.2. Se houver a necessidade de abertura do prazo para a pequena empresa regularizar sua documentação fiscal, o pregoeiro deverá suspender a sessão de pregão para o lote único e registrar em ata que todos os presentes ficam, desde logo, intimados a comparecer no dia, horário e local informados para a retomada da sessão de lances do lote em referência.

10.7.4. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a pequena empresa será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

10.7.5. Se a pequena empresa não apresentar proposta de valor ou não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro convocará as pequenas empresas remanescentes que estiverem na situação de empate prevista no subitem 10.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

10.7.6. Caso não haja pequena empresa dentro da situação de empate ou não ocorra a apresentação de nova proposta de valor ou não sejam atendidas as exigências documentais de



habilitação, o pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao licitante originalmente declarado vencedor.

10.7.7. O disposto neste item 10.7 somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por pequena empresa.

11. DOS RECURSOS

11.1. Da decisão de julgamento das propostas e da habilitação, qualquer participante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, para apresentação das razões de recurso, endereçada ao Pregoeiro, nos termos do Decreto nº. 44.786, de 18 de abril de 2008.

11.1.1. O recurso interposto contra o julgamento das propostas terá efeito suspensivo.

11.2. O participante poderá também apresentar as razões do recurso no curso do processo licitatório, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais participantes desde logo intimados para apresentar contra-razões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do participante importará a decadência do direito de recurso.

11.4. Os recursos apresentados em qualquer instância deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6. O resultado do recurso será divulgado via Internet, publicado em Diário Oficial e comunicado a todos os participantes via correio eletrônico.

11.7. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição o Pregoeiro devolverá, aos participantes julgados desclassificados em todos os itens, os envelopes “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da Licitação.



12. DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro deverá registrar o valor da proposta do participante vencedor para cada Lote.

12.2. Decididos os recursos porventura interpostos, o Pregoeiro homologará o procedimento licitatório.

12.2.1. Na ata de registro de preços e na homologação do certame serão utilizados os valores com a dedução do ICMS.

13. FRAUDE E CORRUPÇÃO

13.1. O Estado de Minas Gerais, por meio de seu Órgão Competente, exige dos concorrentes/fornecedores/contratados que observem o mais alto padrão de ética durante a aquisição e execução de tais contratos. Em consequência desta política, o Estado:

13.1.1. define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos mostrados abaixo:

13.1.1.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de aquisição ou execução do Contrato;

13.1.1.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de aquisição ou a execução de um Contrato, e incluir prática conspiratória entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) destinados a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar a contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

13.1.1.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjos entre dois ou mais concorrentes, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos;

13.1.1.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de aquisição ou afetar a execução de um contrato; e

13.1.1.5. “prática obstrutiva” significa:

13.1.1.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir



uma investigação do Órgão Competente do Estado de Minas, sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

13.1.1.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Órgão Competente do Estado de Minas Gerais de investigar e auditar.

13.1.2. rejeitará uma proposta para adjudicação se o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante a licitação;

13.1.3. sancionará o licitante, na forma da Lei nº 8.666/93, se este, diretamente ou por um agente, envolver-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante a competição ou na execução de um contrato.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Até o quinto dia após a publicação do aviso do edital, qualquer pessoa, inclusive o licitante, poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório do pregão nos termos do Decreto Estadual nº. 44.786/08. Portanto, este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

14.2. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

14.3. É vedado ao participante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão, exceto quando a retirada se der nos termos deste Edital.

14.4. É vedada à contratada a cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto.

14.5. No caso de fusão, cisão ou incorporação, o cumprimento das obrigações constantes do Contrato não poderá ser afetado.



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão

14.6. A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada em todo ou em parte, por ilegalidade devidamente comprovada.

14.7. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da Licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

14.8. Os esclarecimentos sobre esse Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, ao Pregoeiro:

- Apresentada no Protocolo do prédio “Gerais” (1º andar) da Cidade Administrativa de Minas Gerais. Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG; ou
- Encaminhada ao endereço eletrônico licitacoes@planejamento.mg.gov.br.

14.8.1. O Pregoeiro responderá às consultas que lhe forem formuladas, mediante correspondência encaminhada a todos os interessados, em até 01 (um) dia útil antes da data fixada para a realização da sessão pública.

14.8.2. Os procedimentos para impugnação de preços registrados e controle das contratações serão feitos nos termos do art.22 do Decreto Estadual 44.787/2008.

14.9. O presente instrumento poderá ser obtido na página da internet site: www.compras.mg.gov.br devendo o proponente enviar por correio ou *e-mail* (escaneado), o comprovante de recibo conforme discriminado:

RECIBO

A Empresa _____
retirou o Edital Pregão Presencial – Registro de Preços N°./2011 e deseja ser



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão

informada de qualquer alteração pelo *e-mail*

_____ .

_____, aos ____ / ____ / ____

(Assinatura)

Belo Horizonte, 10 de janeiro de 2011.

Renata Maria Paes de Vilhena
Secretária de Estado de Planejamento e Gestão



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação consiste no Registro de Preços de Serviço Móvel Pessoal – SMP, tráfego de dados e acesso remoto à Internet, na forma de um Plano Corporativo a ser contratado por órgãos e entidades do Governo do Estado de Minas Gerais, como órgãos participantes, tendo a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, como órgão gestor, em três lotes, assim definidos:

Lote 1 - Contratação de empresa prestadora de Serviço Móvel Pessoal – SMP, para prestação de serviços de tráfego de voz e dados, com acesso remoto à Internet, incluindo aparelhos em comodato, conforme tabelas constantes no Item 4.4.1 deste anexo;

Os acessos contratados se dividirão nos seguintes grupos:

- a) **Intra-grupo:** acessos que realizam somente ligações locais (VC-1) para outros acessos da Rede Corporativa (intra-grupo) e utilizam aparelhos “padrão voz”; Esses acessos só faturam “Assinatura (1)” e “VC-1 intra-grupo” (custo zero); todos os demais serviços que geram custos devem ser bloqueados. Quantidade estimada: **1.550** (um mil e quinhentos e cinquenta) acessos;
- b) **Voz:** acessos que utilizam todos os serviços de voz e SMS, por meio de aparelhos “padrão voz”; Os serviços de tráfego de dados devem ser bloqueados. Quantidade estimada: **8.750** (oito mil e setecentos e cinquenta) acessos;
- c) **Voz e dados:** acessos que utilizam todos os serviços licitados, por meio de aparelhos “padrão voz e dados”. Quantidade estimada: **800** (oitocentos) acessos;
- d) **Modem** (3G ou equivalente): Para acesso a serviços de tráfego de dados. Quantidade estimada: **1.600** (um mil e seiscentos) acessos;

Lote 2 - Contratação de empresa prestadora de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, na modalidade Longa Distância Nacional, para ligações exclusivamente originadas dos terminais móveis do Plano Corporativo, conforme tabelas constantes no Item 4.4.2 deste anexo;

Lote 3 - Contratação de empresa prestadora de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, na modalidade Longa Distância Internacional, para ligações exclusivamente originadas dos terminais móveis do Plano Corporativo, conforme tabelas constantes no Item 4.4.3 deste anexo.

1.2. A utilização do pregão em sua forma presencial e não eletrônica se justifica em razão da complexidade e da especificidade dos serviços, sendo imprescindível uma análise mais metódica e criteriosa na fase de habilitação e qualificação técnica das licitantes.

2. ÁREA DE COBERTURA

2.1. A empresa adjudicada no Lote 1 deverá cobrir, obrigatoriamente, com o Serviço Móvel Pessoal, rede GSM (ou 3G), as sedes dos municípios Abaeté, Aimorés, Além Paraíba, Alfenas, Almenara, Alpinópolis, Alvinópolis, Andradas, Araguari, Araújos, Araxá, Arcos, Baependi, Bambuí, Barão de Cocais, Barbacena, Barroso, Belo Horizonte, Betim, Bicas, Boa Esperança, Bocaiúva, Bom Despacho, Botelhos, Brasília de Minas, Brumadinho, Caeté, Caldas, Camanducaia, Cambuí, Cambuquira, Campanha, Campestre, Campina Verde, Campo



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão

Belo, Campo Florido, Campos Gerais, Capim Branco, Capinópolis, Capitólio, Carandaí, Carangola, Caratinga, Careaçú, Carmo da Cachoeira, Carmo de Minas, Carmo do Cajuru, Carmo do Paranaíba, Carmo do Rio Claro, Carmópolis de Minas, Cataguases, Caxambu, Cláudio, Conceição das Alagoas, Conceição do Mato Dentro, Conceição do Rio Verde, Confins, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Conselheiro Pena, Contagem, Corinto, Coromandel, Coronel Fabriciano, Cristiano Ottoni, Cruzília, Curvelo, Delta, Diamantina, Divinópolis, Dolores do Indaia, Elói Mendes, Esmeraldas, Estiva, Ewbank da Câmara, Extrema, Formiga, Frutal, Governador Valadares, Guanhanes, Guaranésia, Guaxupé, Gurinhata, Ibiá, Ibité, Igarapé, Igaratinga, Iguatama, Inhapim, Ipatinga, Itabira, Itabirito, Itaguara, Itajubá, Itapagipe, Itapeçica, Itapeva, Itatiaiuçu, Itaú de Minas, Itaúna, Ituiutaba, Iturama, Jaboticatubas, Jacutinga, Jaiá, Janaúba, Januária, João Monlevade, João Pinheiro, Juatuba, Juiz de Fora, Lagamar, Lagoa da Prata, Lagoa Dourada, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Lagoa Santa, Lambari, Lavras, Leopoldina, Lima Duarte, Luz, Machado, Manhuaçu, Manhumirim, Mantena, Mar de Espanha, Maravilhas, Mariana, Mateus Leme, Matias Barbosa, Matipó, Matozinhos, Moema, Monsenhor Paulo, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Monte Sião, Montes Claros, Muriaé, Muzambinho, Nanuque, Nepomuceno, Nova Era, Nova Lima, Nova Ponte, Nova Serrana, Oliveira, Ouro Branco, Ouro Fino, Ouro Preto, Papagaios, Pará de Minas, Paracatu, Paraguaçu, Paraopeba, Passa Quatro, Passos, Patos de Minas, Patrocínio, Pedro Leopoldo, Perdigo, Perdizes, Perdões, Pirapora, Pitangui, Piumhi, Planura, Poços de Caldas, Pompéu, Ponte Nova, Pouso Alegre, Pouso Alto, Prata, Presidente Olegário, Raposos, Raul Soares, Ressaquinha, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Casca, Rio Piracicaba, Rio Pomba, Sabará, Sacramento, Salinas, Santa Bárbara, Santa Juliana, Santa Luzia, Santa Rita do Sapucaí, Santa Vitória, Santana do Paraíso, Santo Antônio do Amparo, Santo Antônio do Monte, Santos Dumont, São Francisco, São Gonçalo do Rio Abaixo, São Gonçalo do Sapucaí, São Gotardo, São João Del Rei, São João Nepomuceno, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, São Lourenço, São Sebastião do Paraíso, São Tomé das Letras, Sarzedo, Serro, Sete Lagoas, Teófilo Ottoni, Timóteo, Tiradentes, Tocantins, Três Corações, Três Marias, Três Pontas, Tupaciguara, Ubá, Uberaba, Uberlândia, Unaí, Varginha, Várzea da Palma, Vazante, Vespasiano, Viçosa e Visconde do Rio Branco e possuir acordos de *roaming* em todas as capitais de estado brasileiras. Para as operadoras que possuírem cobertura própria em todas as capitais de estado brasileiros não é necessário o acordo de *roaming*.

2.2. Os órgãos contratantes poderão requisitar a habilitação de linhas em quaisquer municípios mineiros citados no item 2.1 ou em qualquer outro onde a operadora vencedora tenha cobertura GSM dentro da sua área de concessão;

2.3. *Roaming* internacional em todos os países da América do Sul, Estados Unidos da América, Canadá, México, Portugal, Áustria, Bélgica, Espanha, França, Alemanha, Holanda, Irlanda, Itália, Noruega, Reino Unido e Suíça, Rússia, Ucrânia, Turquia, África do Sul, Índia, China, Indonésia, Cingapura, Japão e Austrália.

3. SERVIÇOS LICITADOS

3.1. Identificação de chamadas – Identifica, por meio do visor do aparelho, o número do telefone que está ligando para um acesso do plano;

3.1.1. Caso o aparelho esteja desligado ou fora da área de cobertura no momento em que é realizada uma ligação para o mesmo, a empresa vencedora do Lote 1 deverá



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão

encaminhar uma mensagem SMS comunicando o número do telefone que realizou a tentativa de ligação, com data e horário. Este serviço não deverá gerar custos extras para os contratantes;

3.2. Caixa postal – Grava e armazena mensagens de voz oriundas de ligações não atendidas;

3.2.1. A caixa postal deve ser acessada via celular a partir de qualquer localidade onde a operadora possua cobertura GSM ou serviço de *roaming*;

3.2.2. Se forem disponibilizadas outras formas de acessar a caixa postal, a opção de acesso via celular deve ser mantida, sob qualquer hipótese;

3.3. VC-1¹ – Ligações feitas para acessos fixos da mesma cidade ou entre cidades do mesmo DDD;

3.4. VC-1² – Ligações feitas para acessos móveis da mesma operadora, de mesmo DDD e que não pertençam ao Plano Corporativo;

3.5. VC-1³ – Ligações feitas para acessos móveis de outra operadora, de mesmo DDD;

3.6. DSL-1 – Recebimento de ligações dentro do Estado, na área de cobertura de operadora, em cidade c/ DDD diferente;

3.7. DSL-2 – Recebimento de ligações em outro Estado;

3.8. AD – Adicional de Deslocamento. Tarifa cobrada pelo recebimento de chamadas quando fora da área de habilitação do acesso;

3.9. SMS – *Short Message Service*. Mensagens P2P (*person to person*) enviadas via celular;

3.10. E-mail remoto – Solução que permita ler e enviar *e-mails* com ou sem anexos, via aparelho celular, computador portátil, *palmtop* ou outros dispositivos compatíveis tecnologicamente, em qualquer localidade onde haja cobertura GSM (ou 3G) da empresa contratada com capacidade de conexão a servidores corporativos do contratante, utilizando, no mínimo, os protocolos POP3 e IMAP4; O provimento de Internet será realizado pela estrutura de rede da própria Operadora. Ou seja, este acesso não deverá provido através da estrutura de Internet do Estado.

Funcionalidades esperadas mínimas exigidas:

- *E-mail* corporativo em tempo real;

- *Backup* dos contatos pessoais e calendário através de conexão via cabo de dados ou *Bluetooth* diretamente no computador do usuário.

3.10.1. A Proponente deverá fornecer eventuais *softwares* ou *middlewares* de comunicação, necessários para a integração do servidor de *e-mails* da Contratante com a sua solução ofertada.

3.10.2. A solução ofertada deverá suportar a integração, no mínimo, com os servidores de *e-mails*: *Postfix* e *SendMail*, operando em ambiente Linux; Microsoft Exchange, operando em ambiente Windows; e Oracle OCS, operando em ambiente Linux; utilizando os protocolos POP3 e IMAP4. Também serão aceitas plataformas Lotus Notes, Novell Groupwise, Microsoft Exchange ou Linux, no caso de solução Blackberry. Todas as plataformas citadas neste item serão fornecidas pelo contratante. Para solução Blackberry BES, a estrutura necessária, além das da citadas, deverá ser fornecida pela Contratada.



3.10.3. Deverá ser provida, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, conexão VPN (*Virtual Private Network*), via Internet ou link dedicado, para tráfego de *e-mails* entre a rede da operadora e a rede de destino do contratante, utilizando padrões de mercado (IPSEC 3DES, AES ou SSL). Caso o contratante exija *link* dedicado para estabelecimento da VPN, os custos da sua contratação serão de responsabilidade do contratante.

3.11. Tráfego de dados e Conexão remota à Internet – solução que permita conexão à Internet via aparelho celular, computador portátil, *palmtop* ou outros dispositivos compatíveis tecnologicamente, em qualquer localidade onde haja cobertura GSM da empresa contratada, com velocidade média de 112 Kbps (*download + upload*) em Belo Horizonte e nas capitais de estado e 56 Kbps (*download + upload*) nas sedes dos demais municípios citados no Item 2.1;

3.11.1. Para viabilizar o uso de aplicações corporativas deverá ser provida, quando solicitada, conexão VPN (*Virtual Private Network*), via Internet ou *link* dedicado, para tráfego de dados entre a rede da operadora e a rede de destino do contratante, para os casos onde houver acesso a *e-mail* corporativo ou aplicação corporativa, utilizando padrões de mercado (IPSEC, 3DES ou AES). Caso o contratante exija *link* dedicado para estabelecimento da VPN, os custos da sua contratação serão de responsabilidade do contratante;

3.11.2. No caso de modernização tecnológica, os órgãos contratantes poderão solicitar, no momento da renovação do contrato, a atualização para a nova tecnologia disponível sem alteração nos custos dos serviços contratados, desde que respeitadas as condições editalícias, conforme previsto na lei 8.666/93.

3.12. Comodato do equipamento – comodato dos aparelhos celulares e *chips* utilizados no Plano Corporativo;

3.13. VC-2 - ligação feita para fixo de localidades cujo primeiro dígito do CNL seja igual a 3, exceto 31;

3.14. VC-2² - ligação feita para móvel de localidades cujo primeiro dígito do CNL seja igual a 3, exceto 31;

3.15. VC-3 - ligação feita para fixo de localidades cujo primeiro dígito do CNL seja diferente de 3;

3.16. VC-3² - ligação feita para móvel de localidades cujo primeiro dígito do CNL seja diferente de 3.

3.17. LDI – Longa Distância Internacional - Ligações originadas dos acessos da Rede Corporativa e destinados a acessos fixos e móveis de outros países.

3.18. MMS – Mensagem multimídia enviada via celular, que inclui vídeos, sons, imagens e textos.

3.19. VC-1 R¹ – Ligações locais feitas em *roaming* (quando o celular está fora da área de cobertura da operadora e utiliza, como visitante, rede de outra empresa com quem aquela tem acordo) nacional para telefone fixo.

3.20. VC-1 R² – Ligações locais feitas em *roaming* (quando o celular está fora da área de cobertura da operadora e utiliza, como visitante, rede de outra empresa com quem aquela tem acordo) nacional para móvel de mesma operadora.



3.21. VC-1 R³ – Ligações locais feitas em *roaming* (quando o celular está fora da área de cobertura da operadora e utiliza, como visitante, rede de outra empresa com quem aquela tem acordo) nacional para móvel de outra operadora.

4. ESTIMATIVA DE CONSUMO

4.1. As ligações VC-1 entre os acessos integrantes do Plano Corporativo contratado são de valor **zero** (R\$ 0,00), independentemente do consumo;

4.2. O consumo das ligações referidas no item anterior é estimado em 75 (setenta e cinco) minutos de VC-1.

4.3. O comodato dos aparelhos deverá ser fornecido pela empresa vencedora do Lote 1;

4.4. Consumo Estimado Mensal dos Serviços:

4.4.1. LOTE 1

Serviço Móvel Pessoal	Consumo por acesso	Nº. de Acessos
Assinaturas (1) – assinatura mensal dos serviços de tráfego de voz, que deve incluir todos os benefícios contratados não listados abaixo, inclusive identificação de chamadas, caixa postal e comodato de aparelhos "padrão voz".	1	10.300
Assinaturas (2) – assinatura mensal dos serviços de tráfego de voz e dados, que deve incluir todos os benefícios contratados não listados abaixo, inclusive identificação de chamadas, caixa postal, conexão remota à Internet e comodato de aparelhos "padrão voz e dados".	1	800
Tráfego de Dados para Assinaturas (2) - fluxo de dados bidirecional (em KBytes)	40000	800
Assinaturas (3) – assinatura mensal dos serviços de tráfego de dados ilimitado e conexão remota à Internet por meio de <i>modem</i> apropriado. Inclui o comodato do <i>modem</i> .	1	1.600
Tráfego de Dados para Assinaturas (3) - fluxo de dados bidirecional (em KBytes)	ilimitado	1.600
E-mail remoto - solução que permita ler e enviar <i>e-mails</i> com ou sem anexos, via aparelho celular, computador portátil, <i>palmtop</i> ou outros dispositivos compatíveis tecnologicamente, em qualquer localidade onde haja cobertura GSM da empresa contratada;	1	2.400
VC-1¹ – ligação feita p/ fixo da mesma cidade ou entre cidades do mesmo DDD (em minutos).	120	11.100
VC-1² – ligação feita de móvel para móvel da mesma operadora, de mesmo DDD e que não pertença ao Plano Corporativo (em minutos).	50	11.100
VC-1³ – ligação feita de móvel para móvel de outra operadora, de mesmo DDD (em minutos).	50	11.100
VC-1 R¹ – ligação feita quando o aparelho estiver em <i>roaming</i> , de móvel para fixo (em minutos).	1	11.100
VC-1 R² – ligação feita quando o aparelho estiver em <i>roaming</i> , de móvel para móvel da mesma operadora (em minutos).	1	11.100
VC-1 R³ – ligação feita quando o aparelho estiver em <i>roaming</i> , de	1	11.100



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão

móvel para móvel de outra operadora (em minutos).		
DSL-1 – recebimento de ligação dentro do Estado, na área de cobertura de operadora, em cidade c/ DDD diferente (em minutos).	5	11.100
DSL-2 – recebimento de ligações em outro Estado (em minutos).	2	11.100
AD – adicional de deslocamento (em número de eventos/chamadas).	10	11.100
SMS – Mensagens enviadas via celular (em número de mensagens).	10	11.100
MMS - Mensagens multimídia enviadas via celular (em número de mensagens)	1	800
Ligações em <i>roaming</i> internacional (em minutos)	1	120

4.4.2. LOTE 2 – LONGA DISTÂNCIA NACIONAL

Longa Distância Nacional	Consumo por acesso	Nº. de Acessos
VC-2 - ligação feita p/ fixo de localidades cujo primeiro dígito do CNL seja igual a 3, exceto 31.	25	11.100
VC-2² - ligação feita p/ móvel de localidades cujo primeiro dígito do CNL seja igual a 3, exceto 31.	19	11.100
VC-3 - ligação feita p/ fixo de localidades cujo primeiro dígito do CNL seja diferente de 3.	5	11.100
VC-3² - ligação feita p/ móvel de localidades cujo primeiro dígito do CNL seja diferente de 3.	4	11.100
VC-2 R – ligação VC-2 feita quando o aparelho estiver em <i>roaming</i> (em minutos).	1	11.100
VC-3 R – ligação VC-3 feita quando o aparelho estiver em <i>roaming</i> (em minutos).	1	11.100

4.4.3. LOTE 3 – LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL

Países e regiões	Consumo por acesso	Nº. de Acessos
MERCOSUL (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai) (em minutos)	1	120
Estados Unidos da América (Inclusive Havaí) (em minutos)	1	120
Canadá e demais países das Américas e Antilhas (em minutos)	1	120
Portugal (Inclusive Açores e Ilha da Madeira) (em minutos)	1	120
Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Liechtenstein, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça (em minutos)	1	120
Demais países da Europa e Oriente Médio (em minutos)	1	120
Austrália e Japão (em minutos)	1	120
África (em minutos)	1	120
Demais países da Ásia, Oceania e Ilhas do Pacífico (exclusive Havaí) (em minutos)	1	120



4.5. Todos os serviços não licitados neste certame devem ser bloqueados para todos os acessos;

5. MONITORAMENTO DE CONTRATOS E CONSUMO

5.1. As empresas vencedoras dos lotes 1, 2 e 3 deverão fornecer à Unidade Gestora, sempre que solicitado pelo gestor do contrato, um relatório em meio eletrônico contendo a listagem de todos os contratos em vigência decorrentes deste Registro de Preços celebrados com órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual contendo, no mínimo, as seguintes informações: órgão ou entidade contratante, data de assinatura, prazo de vigência, quantidade de acessos contratados, números dos acessos habilitados e valor total do contrato.

5.2. A empresa vencedora do Lote 1 deverá fornecer à Unidade Gestora, mensalmente, um relatório em meio eletrônico, em formato de planilha Microsoft Excel ou equivalente, com o extrato de todos os serviços faturados no período, de todos os acessos integrantes da rede corporativa, contendo para cada serviço:

5.2.1. Nome ou sigla do Contratante;

5.2.2. Número do acesso que originou os serviços;

5.2.3. Consumo total do serviço (em segundos, bytes etc.) por cada aparelho;

5.2.4. Valor cobrado pelos serviços, discriminados por aparelho;

5.3. As informações referentes ao item 5.2 devem estar disponibilizadas em uma única tabela mensal;

5.4. O relatório deve ser enviado ao órgão gestor em até 5 dias anteriores ao vencimento da fatura, conforme Resolução 477/07 da Anatel, e conter, pelo menos, as faturas encerradas no último ciclo de faturamento desde que não sobreponha o conteúdo enviado no relatório do mês anterior;

5.5. Só poderá ser disponibilizada aos contratantes a opção de faturamento unificado, não sendo aceita, portanto, a opção de faturamento individualizado;

5.5.1. As faturas devem ser unificadas por contratante e não por acesso;

5.5.2. As faturas unificadas devem permitir identificar o consumo de cada acesso;

5.6. As faturas referentes aos Lotes 1, 2 e 3 deverão ser desmembradas, estando desta forma, vetado o *cobilling*;

5.7. As empresas contratadas deverão disponibilizar aos contratantes consultores de atendimento disponíveis em horário comercial;

5.7.1. Além do contato telefônico do consultor de atendimento, as empresas contratadas deverão disponibilizar aos contratantes os contatos dos superiores hierárquicos dos consultores, de modo a garantir o atendimento das demandas quando da ausência de alguém;

5.8. A operadora vencedora do Lote 1 deverá disponibilizar aos gestores dos Órgãos Participantes a possibilidade de bloqueio e desbloqueio de quaisquer serviços disponibilizados via SMP, licitados ou não, inclusive realização e recebimento de chamadas de Longa Distância Nacional e Internacional, por meio dos seguintes canais de atendimento:



- a-) Internet ou *call center*; e
- b-) Via profissional gestor de relacionamento (inclusive)

6. APARELHOS

6.1. A empresa vencedora do Lote 1 (SMP) deverá disponibilizar à contratante, para escolha, no mínimo 3 (três) modelos de aparelhos de marcas diferentes para aparelhos “padrão voz”, conforme item 6.3 e 2 (dois) modelos de aparelhos de marcas diferentes para aparelhos “padrão voz e dados”, conforme item 6.4.

6.2. Os aparelhos fornecidos pela empresa deverão ser novos e sem uso na data da contratação e em eventuais substituições;

6.3. Os aparelhos caracterizados neste edital como "padrão voz" devem atender, no mínimo, às seguintes especificações:

- 1- Volume máximo (comprimento x largura x espessura): 120 cm³. Para este cálculo, consideram-se aparelhos dobráveis ou deslizáveis fechados;
- 2- Peso máximo: 110 g (com bateria);
- 3- Certificado de homologação da ANATEL, que deverá ser apresentado logo após a adjudicação e antes da assinatura do contrato;
- 4- Autonomia mínima, em conversação, de 2 (duas) horas e de 200 (duzentas) horas em *stand-by*;
- 5- Display gráfico com luminosidade, com resolução mínima de 90x60 pixels;
- 6- Identificadores permanentes de sinal e de carga de bateria;
- 7- Configuração de toques com campainha, com ou sem alerta vibratório e "silencioso" (sem campainha);
- 8- Menu auto-explicativo em português;
- 9- Identificação de chamadas;
- 10- Aviso de mensagens recebidas e chamadas não atendidas;
- 11- Registro de chamadas (pelo menos as vinte últimas feitas a partir do aparelho e recebidas pelo mesmo);
- 12- Agenda telefônica com, no mínimo, 200 (duzentos) números, somando-se a memória interna do aparelho com a memória do *chip*;
- 13- Recurso de envio e recebimento de mensagens (SMS);
- 14- Alarme;
- 15- Despertador;
- 16- Viva Voz Integrado;
- 17- Carregador de baterias, caso necessário.

6.4. Os aparelhos caracterizados neste edital como "padrão voz e dados" devem atender, no mínimo, às seguintes especificações:



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão

- 1- Volume máximo (comprimento x largura x espessura): 200 cm³. Para este cálculo, consideram-se aparelhos dobráveis ou deslizáveis fechados;
- 2- Peso máximo: 180 g (com bateria);
- 3- Certificado de homologação da ANATEL, que deverá ser apresentado logo após a adjudicação e antes da assinatura do contrato;
- 4- Autonomia mínima, em conversação, de 2 (duas) horas e de 200 (duzentas) horas em *stand-by*;
- 5- Display gráfico colorido, com resolução mínima de 200x200 pixels, mínimo de 64.000 cores;
- 6- Aviso de mensagens recebidas e chamadas não atendidas;
- 7- Registro de chamadas (pelo menos as dez últimas feitas a partir do aparelho e recebidas pelo mesmo);
- 8- *Slot* para uso de cartões de memória avulsos; Deverá ser fornecido, em regime de comodato, um cartão de memória de, no mínimo, 256 MBytes; Os custos referentes ao comodato do cartão deverão ser incluídos na Assinatura (2), conforme item 4.6.1.;
- 9- Pleno atendimento aos serviços de tráfego de dados e acesso remoto à Internet descritos no Item 3 deste Anexo;
- 10- Memória interna mínima de 32 Megabytes;
- 11- Aplicativos (visualização e edição) de *e-mails*, planilha eletrônica e processador de texto; Navegador de Internet HTML;
- 12- Teclado alfanumérico (QWERTY) ou *touch sceen*;
- 13- Possibilidade de uso de aplicações de *e-mail* corporativo (*e-mail* móvel);
- 14- Interfaces: conexão *wireless* 802.11b e *bluetooth*;
- 15- Carregador de baterias, caso necessário.

6.5. Os aparelhos devem possuir garantia mínima de um ano, a contar da data de assinatura do contrato;

6.6. As opções de modelos de aparelho de que trata este item deverão ser informadas no ato da assinatura dos contratos oriundos do Lote 1;

6.7. Nos casos de perda, roubo ou furto dos aparelhos a responsabilidade pela reposição é da contratante.

7. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

a) Os preços apresentados deverão conter todos os impostos e encargos, decorrentes da prestação do serviço desta contratação, com a discriminação entre preços com e sem ICMS, quando for o caso;

b) O Consumo Estimado Mensal dos Serviços, constante no item 4, referem-se a valores baseados em estudo de tráfego e devem ser utilizados somente como referência estatística para elaboração da proposta de preços, não sendo um compromisso de consumo por parte do



órgão gerenciador da ata, nem dos órgãos participantes;

c) A contratada deve iniciar a prestação dos serviços no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data da assinatura de cada contrato, com o intuito de atender aos órgãos cujos contratos vencerão entre os meses de dez/2010 e jan/2011. Para os demais, a operadora deverá estar apta a fornecer os aparelhos/serviços de forma a não descontinuar o serviço. A planilha constante do Anexo X, meramente informativa, demonstra os quantitativos de acessos contratados atualmente pelos órgãos e entidades e as respectivas datas de vencimento;

e) A contratada deve disponibilizar, em horário comercial, consultor e fornecer número telefônico para receber solicitações, dúvidas e reclamações sobre o funcionamento do serviço contratado e, em horário não-comercial, com disponibilidade de 24 (vinte e quatro) horas e 7 (sete) dias por semana, o mesmo atendimento via *call center*;

f) Fornecer, a qualquer tempo, nos prazos máximos determinados pela ANATEL, contados da data do recebimento de solicitação protocolizada e por escrito da contratante, os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas. Casos que demandem levantamentos técnicos não previstos pela ANATEL terão prazo de resposta acordados entre as partes;

g) A operadora vencedora do Lote 1 deverá respeitar as regras de portabilidade numérica, conforme regulamentação da ANATEL.

8. NÍVEIS DE SERVIÇO

8.1. Os Órgãos Contratantes deverão monitorar a prestação dos serviços referentes ao Lote 1 visando garantir o correto cumprimento do contrato, devendo, nos termos dos Artigos 77, 78, 86 e 87 da Lei 8.666/93, registrar as ocorrências, abrir procedimento administrativo e, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as sanções conforme a Legislação e a tabela abaixo:

Ocorrência	Sanção
1. Cobrança por serviços não prestados.	Devolução do valor cobrado indevidamente e multa de 10% do valor da fatura;
2. Não atender plenamente ao item 2.1. e 2.2. deste Anexo durante o período de vigência do contrato;	Multa de 2% do valor total do contrato para cada localidade não atendida;
3. Não respeitar o prazo estipulado no item 5.4;	Multa de 1% do valor mensal do contrato para cada dia útil de atraso;
4. Não respeitar o prazo estipulado no item 3.10.3.	Multa de 10% do valor mensal de todos os contratos celebrados.

8.2. Os Órgãos e Entidades contratantes deverão registrar as ocorrências na Ficha de Avaliação de Nível de Serviço segundo o modelo do Anexo VII, assinar e encaminhar uma cópia para a empresa contratada e uma cópia para a SEPLAG;

8.3. Uma vez aplicada uma penalidade, a empresa contratada terá 45 (quarenta e cinco) dias a partir da data da apresentação da Ficha de Avaliação de Nível de Serviço para efetuar o pagamento da(s) multa(s), na forma definida pelo contratante.

8.4. A empresa contratada não será responsabilizada pelos atrasos ocasionados por motivo de



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão

força maior ou caso fortuito.

8.5. Também aplicam-se a todos os contratos oriundos desta licitação os termos do Art. 18 do Decreto 44.431/06.



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

LOTE 1

Razão Social:

Inscrição Estadual/Municipal Nº:

CNPJ Nº:

Endereço:

Cidade/Estado:

Fone/E-mail:

Serviço Móvel Pessoal	A - Consumo por acesso	B - Nº. de Acessos	C - Preço Unitário (com ICMS)	D – Total (A x B x C)
Assinaturas (1) – assinatura mensal dos serviços de tráfego de voz, que deve incluir todos os benefícios contratados não listados abaixo, inclusive identificação de chamadas, caixa postal e comodato de aparelhos "padrão voz".	1	10.300		
Assinaturas (2) – assinatura mensal dos serviços de tráfego de voz e dados, que deve incluir todos os benefícios contratados não listados abaixo, inclusive identificação de chamadas, caixa postal, conexão remota à Internet e comodato de aparelhos "padrão voz e dados".	1	800		
Assinaturas (3) – assinatura mensal dos serviços de tráfego ilimitado de dados e conexão remota à Internet por meio de <i>modem</i> apropriado. Inclui o comodato do <i>modem</i> .	1	1.600		
VC-1¹ – ligação feita p/ fixo da mesma cidade ou entre cidades do mesmo DDD (em minutos).	120	11.100		
VC-1² – ligação feita de móvel para móvel da mesma operadora, de mesmo DDD e que não pertença ao Plano Corporativo (em minutos).	50	11.100		
VC-1³ – ligação feita de móvel para móvel de outra operadora, de mesmo DDD (em minutos).	50	11.100		
VC-1 R¹ – ligação feita quando o aparelho estiver em <i>roaming</i> , de móvel para fixo (em minutos).	1	11.100		
VC-1 R² – ligação feita quando o aparelho estiver em <i>roaming</i> , de móvel para móvel da mesma operadora (em minutos).	1	11.100		
VC-1 R³ – ligação feita quando o aparelho estiver em <i>roaming</i> , de móvel para móvel de outra operadora (em minutos).	1	11.100		
DSL-1 – recebimento de ligação dentro do Estado, na área de cobertura de operadora, em cidade c/ DDD diferente (em minutos).	5	11.100		



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão

DSL-2 – recebimento de ligações em outro Estado (em minutos).	2	11.100		
AD – adicional de deslocamento (em número de eventos/chamadas).	10	11.100		
SMS – Mensagens enviadas via celular (em número de mensagens).	10	11.100		
MMS - Mensagens de tamanho médio enviadas via celular (em número de mensagens)	1	800		
Ligações em <i>roaming</i> internacional (em minutos)				
MERCOSUL (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai) (em minutos)	1	120		
Estados Unidos da América (Inclusive Havaí) (em minutos)	1	120		
Canadá e demais países das Américas e Antilhas (em minutos)	1	120		
Portugal (Inclusive Açores e Ilha da Madeira) (em minutos)	1	120		
Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Liechtenstein, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça (em minutos)	1	120		
Demais países da Europa e Oriente Médio (em minutos)	1	120		
Austrália e Japão (em minutos)	1	120		
África (em minutos)	1	120		
Demais países da Ásia, Oceania e Ilhas do Pacífico (exclusive Havaí) (em minutos)	1	120		
E – Total Mensal com ICMS (Σ de D)				
F – Valor da alíquota de ICMS aplicável				
G – Total Anual com ICMS (F x 12)				

OBSERVAÇÕES: Declarar expressamente que:

1) Que os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, lucro, aparelhos telefônicos em comodato e eventuais trocas, e outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos, em especial para a prestação de serviços previstos no Objeto e Anexo I – Termo de Referência. Quaisquer tributos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços ser fornecidos sem ônus adicionais.

2) Será levada em conta a Resolução Conjunta nº. 3458, de 22 julho de 2.003, das Secretarias de Estado da Fazenda e de Planejamento e Gestão, aplicando-se, igualmente, suas alterações, em especial a Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº. 4.264, de 21 de outubro de 2010.



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão

3) Caso a empresa opte por oferecer preço R\$0,00 (zero real) em qualquer momento do certame, deve comprometer-se, por escrito, a renunciar a qualquer tipo de receita. Deste modo, cada contrato passa a ter valor total de R\$0,01 (um centavo de real).

PRAZO DE VALIDADE DESTA PROPOSTA:

DATA:

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL:

CARIMBO:



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão

LOTE 2

Razão Social:

Inscrição Estadual/Municipal Nº:

CNPJ Nº:

Endereço:

Cidade/Estado:

Fone/E-mail:

Longa Distância Nacional	A – Consumo por acesso	B – Nº. de Acessos	C - Preço Unitário (com ICMS)	D – Total (A x B x C)
VC-2 - ligação feita p/ fixo de localidades cujo primeiro dígito do CNL seja igual a 3, exceto 31.	25	11.100		
VC-2² - ligação feita p/ móvel de localidades cujo primeiro dígito do CNL seja igual a 3, exceto 31.	19	11.100		
VC-3 - ligação feita p/ fixo de localidades cujo primeiro dígito do CNL seja diferente de 3.	5	11.100		
VC-3² - ligação feita p/ móvel de localidades cujo primeiro dígito do CNL seja diferente de 3.	4	11.100		
VC-2 R – ligação VC-2 feita quando o aparelho estiver em <i>roaming</i> (em minutos).	1	11.100		
VC-3 R – ligação VC-3 feita quando o aparelho estiver em <i>roaming</i> (em minutos).	1	11.100		
E – Total Mensal com ICMS (Σ de D)				
F – Valor da alíquota de ICMS aplicável				
G – Total Anual com ICMS (F x 12)				

OBSERVAÇÕES: Declarar expressamente que:

1) Que os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, lucro, aparelhos telefônicos em comodato e eventuais trocas, e outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos, em especial para a prestação de serviços previstos no Objeto e Anexo I – Termo de Referência. Quaisquer tributos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços ser fornecidos sem ônus adicionais.

2) Será levada em conta a Resolução Conjunta nº. 3458, de 22 julho de 2.003, das Secretarias de Estado da Fazenda e de Planejamento e Gestão, aplicando-se, igualmente, suas alterações, em especial a Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº. 4.264, de 21 de outubro de 2010.



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão

3) Caso a empresa opte por oferecer preço R\$0,00 (zero real) em qualquer momento do certame, deve comprometer-se, por escrito, a renunciar a qualquer tipo de receita. Deste modo, cada contrato passa a ter valor total de R\$0,01 (um centavo de real).

PRAZO DE VALIDADE DESTA PROPOSTA:

DATA:

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL:

CARIMBO:



LOTE 3

Razão Social:

Inscrição Estadual/Municipal N°:

CNPJ N°:

Endereço:

Cidade/Estado:

Fone/E-mail:

LOTE 3 - LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL				
Países e regiões de destino das ligações	A - Consumo por acesso	B - N°. de Acessos	C - Preço Unitário (com ICMS)	D - Total (A x B x C)
MERCOSUL (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai) (em minutos)	1	120		
Estados Unidos da América (Inclusive Havaí) (em minutos)	1	120		
Canadá e demais países das Américas e Antilhas (em minutos)	1	120		
Portugal (Inclusive Açores e Ilha da Madeira) (em minutos)	1	120		
Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Liechtenstein, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça (em minutos)	1	120		
Demais países da Europa e Oriente Médio (em minutos)	1	120		
Austrália e Japão (em minutos)	1	120		
África (em minutos)	1	120		
Demais países da Ásia, Oceania e Ilhas do Pacífico (exclusive Havaí) (em minutos)	1	120		
E – Total Mensal com ICMS (Σ de D)				
F – Valor da alíquota de ICMS aplicável				
G - Total Anual com ICMS (F x 12)				

2.2. No caso de ligações em *roaming* internacional, prevalece o preço em dólares americanos (US\$) no caso de divergências no momento do faturamento.

OBSERVAÇÕES: Declarar expressamente que:

1) Que os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, lucro, aparelhos telefônicos em comodato e eventuais trocas, e outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos, em especial para a prestação de serviços previstos no Objeto e Anexo I – Termo de Referência. Quaisquer tributos, custos e despesas,



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão

diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços ser fornecidos sem ônus adicionais.

2) Será levada em conta a Resolução Conjunta nº. 3458, de 22 julho de 2003, das Secretarias de Estado da Fazenda e de Planejamento e Gestão, aplicando-se, igualmente, suas alterações, em especial a Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº. 4.264, de 21 de outubro de 2010.

3) Caso a empresa opte por oferecer preço R\$0,00 (zero real) em qualquer momento do certame, deve comprometer-se, por escrito, a renunciar a qualquer tipo de receita. Deste modo, cada contrato passa a ter valor total de R\$0,01 (um centavo de real).

PRAZO DE VALIDADE DESTA PROPOSTA:

DATA:

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL:

CARIMBO:



ANEXO III - MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

PROCURAÇÃO

A <nome da empresa> _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, neste ato representado pelo(s) _____ <diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço> pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu (s) Procurador(es) o(s) Senhor(es) _____ nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço, a quem confere (m) amplos poderes para junto ao Governo do Estado de Minas Gerais ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preço nº. 001A/2011 ou de forma genérica para licitações em geral, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para <se for o caso de apenas uma licitação>.

Local, data e assinatura.

- 1) Reconhecer Firma(s).
- 2) Anexar cópia da carteira de Identidade.



**ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA
HABILITAÇÃO**

A Empresa _____, com inscrição no CNPJ nº. _____, sediada na _____ declara, sob as penas da Lei, que, até a presente data, não existem fatos supervenientes e impeditivos para sua participação no processo licitatório Pregão Presencial – Registro de Preço nº. 001A/2011, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e que não pesa contra si declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local, data e assinatura.

Nome da Empresa: _____

Representante Legal: _____

Cargo: _____



ANEXO V – DECLARAÇÃO MENOR DE DEZOITO ANOS

A Empresa _____, com inscrição no CNPJ nº. _____, sediada na _____ declara, sob as penas da lei, que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menor de 18 (dezoito) anos ou em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos. (Artigo 7, inciso XXXIII, da CF)

Local, data e assinatura.

Nome da Empresa: _____

Representante Legal: _____

Cargo: _____



ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A empresa, CNPJ nº., declara, sob as penas da lei, que recebeu todos os documentos, tomou conhecimento e aceitou todas as informações e condições legais para o cumprimento das obrigações do objeto, que atende plenamente às regras de negócios, às exigências técnicas e a todos os requisitos de habilitação exigidos para participar do Pregão Presencial – Registro de Preços Nº. 001/2011.

Local, data e assinatura.

Nome da Empresa: _____

Representante Legal: _____

Cargo: _____



ANEXO VII – FICHA DE AVALIAÇÃO DE NÍVEL DE SERVIÇO

FICHA DE AVALIAÇÃO DE NÍVEL DE SERVIÇO		
Governo do Estado de Minas Gerais <Nome do Órgão/Entidade> <Nome da unidade responsável pela gestão do contrato> <Número do contrato>		
Empresa Contratada:		
Consultor:		
Telefone e e-mail de Contato:		
Registro de Ocorrências		
Ocorrência	Sanção	Comentários/total da sanção por item
1. Cobrança por serviços não prestados.	Devolução do valor cobrado indevidamente e multa de 10% do valor da fatura;	
2. Não atender plenamente ao item 2.1. e 2.2. deste Anexo durante o período de vigência do contrato;	Multa de 2% do valor total do contrato para cada localidade não atendida;	
3. Não respeitar o prazo estipulado no item 5.4;	Multa de 1% do valor mensal do contrato para cada dia útil de atraso;	
4. Não respeitar o prazo estipulado no item 3.10.3.	Multa de 10% do valor mensal de todos os contratos celebrados.	
Belo Horizonte, _____ de _____ de 20____		
<nome do responsável pelo preenchimento> <cargo do responsável pelo preenchimento> <setor do responsável pelo preenchimento>		<nome e MaSP da testemunha 1> <nome e MaSP da testemunha 2>



ANEXO VIII – MINUTAS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

LOTE 1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO MÓVEL PESSOAL PARA O GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº./2011
--

Pelo presente instrumento, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, situada na Rodovia Prefeito René Gianetti, s/n, Serra Verde, nesta Capital, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº. 05.461.142/0001-70, representado neste ato pela Sra. Renata Maria Paes Vilhena, Secretária de Planejamento e Gestão, MASP 346.445-0, brasileira, separada judicialmente, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 646.462.696-34, portadora do RG nº. M - 1.624.110, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa _____ estabelecida na Rua _____, nesta Capital, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº. _____, neste ato representado pelo _____, brasileiro, ____<estado civil>____, ____<profissão>____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. _____, portador do RG nº. _____, doravante denominado FORNECEDOR, firmam a presente Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, com fundamento nos Decretos 44.787 de 18/04/2008 e 44.431 de 29/12/2006.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto da presente licitação consiste no Registro de Preços de Serviço Móvel Pessoal - SMP, para prestação de serviços de tráfego de voz e dados, com acesso remoto à Internet, incluindo aparelhos em comodato, conforme tabelas constantes no Item 4, do Anexo I do Edital Pregão Presencial – Registro de Preços nº./2011, na forma de um Plano Corporativo a ser contratado pelos órgãos e entidades do Governo do Estado de Minas Gerais



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão

arrolados no Anexo X do referido Edital como órgãos participantes, e tendo a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, como Órgão Gestor.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

São os itens integrantes deste certame e seus respectivos preços:

Serviço Móvel Pessoal	Nº de acessos	Preço Unitário sem ICMS	Preço Unitário com ICMS
Assinaturas (1) – assinatura mensal dos serviços de tráfego de voz, que deve incluir todos os benefícios contratados não listados abaixo, inclusive identificação de chamadas, caixa postal e comodato de aparelhos "padrão voz".			
Assinaturas (2) – assinatura mensal dos serviços de tráfego de voz e dados, que deve incluir todos os benefícios contratados não listados abaixo, inclusive identificação de chamadas, caixa postal, conexão remota à Internet e comodato de aparelhos "padrão voz e dados".			
Assinaturas (3) – assinatura mensal dos serviços de tráfego de dados e conexão remota à Internet por meio de <i>modem</i> apropriado. Inclui o comodato do <i>modem</i> .			
E-mail remoto - solução que permita ler e enviar <i>e-mails</i> com ou sem anexos, via aparelho celular, computador portátil, <i>palmtop</i> ou outros dispositivos compatíveis tecnologicamente, em qualquer localidade onde haja cobertura GSM da empresa contratada;			
Tráfego de Dados - fluxo de dados bidirecional (em KBytes)			
VC-1¹ – ligação feita p/ fixo da mesma cidade ou entre cidades do mesmo DDD (em minutos).			
VC-1² – ligação feita de móvel para móvel da mesma operadora, de mesmo DDD e que não pertença ao Plano Corporativo (em minutos).			
VC-1³ – ligação feita de móvel para móvel de outra operadora, de mesmo DDD (em minutos).			



VC-1 R¹ – ligação feita quando o aparelho estiver em <i>roaming</i> , de móvel para fixo (em minutos).			
VC-1 R² – ligação feita quando o aparelho estiver em <i>roaming</i> , de móvel para móvel da mesma operadora (em minutos).			
VC-1 R³ – ligação feita quando o aparelho estiver em <i>roaming</i> , de móvel para móvel de outra operadora (em minutos).			
DSL-1 – recebimento de ligação dentro do Estado, na área de cobertura de operadora, em cidade c/ DDD diferente (em minutos).			
DSL-2 – recebimento de ligações em outro Estado (em minutos).			
AD – adicional de deslocamento (em número de eventos/chamadas).			
SMS – Mensagens enviadas via celular (em número de mensagens).			
MMS - Mensagens de tamanho médio enviadas via celular (em número de mensagens)			
Ligações em <i>roaming</i> internacional (em minutos)			

Parágrafo Primeiro - Nos preços fixados, estão incluídas todas as despesas necessárias à plena execução dos serviços e todos os encargos, incidentes sobre o serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os valores dos preços, cujos serviços correspondentes estejam compreendidos no contrato, poderão ser reajustados em decorrência de autorização da ANATEL, mediante aplicação dos índices ou percentuais divulgados por esta.

Parágrafo Primeiro: o preço mensal será mantido fixo durante o período da contratação, ressalvadas as previsões contidas no art. 65 da Lei 8.666/93 e no Decreto 44.787/08, observadas as circunstâncias específicas de cada caso.

Parágrafo Segundo: a possibilidade de reajuste do contrato deverá observar, contudo, o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data de apresentação da proposta ou, no caso de ocorrência reincidente, da data do último reajuste, salvo expressa disposição legal em sentido diferente.



Parágrafo Terceiro: caberá ao FORNECEDOR efetuar os cálculos referentes ao reajuste desejado e, por meio de ofício à CONTRATANTE, acompanhado de nova planilha de preços, solicitar a adequação de preço reputada necessária.

Parágrafo Quarto: Na hipótese de majoração de tarifas decorrente de reajuste, a CONTRATANTE se obrigará ao pagamento dos novos valores a partir da data de sua vigência, respeitado o interregno de 1 (um) ano, independente da celebração de termo aditivo ou de novo contrato.

Parágrafo Quinto: Ocorrendo o reajuste autorizado de tarifas, deverá o FORNECEDOR encaminhar à CONTRATANTE o novo Plano de Serviços (Básico ou Alternativo) em que se baseou sua proposta, para que a CONTRATANTE proceda a correta fiscalização do contrato, levando em conta o(s) desconto(s) ofertado(s).

Parágrafo Sexto: Caso seja determinada a redução das tarifas pela ANATEL, ficará o FORNECEDOR, de igual modo, obrigado a repassá-la à CONTRATANTE.

3.2. A alteração de valores de que trata esta cláusula somente será possível quando, a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a Administração Pública.

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

4.1. O serviço objeto desta licitação deverá ser prestado pelo fornecedor vencedor de acordo com o edital, a proposta vencedora, as cláusulas da presente Ata e da Minuta de Contrato anexa ao edital.

4.2. Os órgãos e entidades não estão obrigados a contratar o objeto desta licitação, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA

5.1. O prazo de validade deste Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato da Ata, no Diário Oficial do Estado, prorrogável nos termos do Decreto nº. 44.787, de 18 de abril de 2008 e alterações.



CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

6.1. Compete à SEPLAG, órgão gestor, por meio da SUGES, as atribuições abaixo, além do exposto no Art. 5º do Decreto 44.787/08:

6.1.1. Administrar a presente Ata, devendo para tal, nomear um gestor para acompanhamento das prestações realizadas.

6.1.2. Cuidar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.1.3. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços.

6.2. Compete aos órgãos e entidades, as atribuições abaixo, além do exposto no Art. 7º do Decreto 44.787/08:

6.2.1. Requisitar via fax ou ofício, o eventual fornecimento do objeto da licitação cujos preços encontram-se registrados nesta Ata;

6.2.2. Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao objeto solicitado.

6.3. Compete ao FORNECEDOR:

6.3.1. Fornecer durante 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato desta Ata no Diário Oficial, o objeto dessa licitação na forma e condições fixadas nesta Ata, mediante requisição do órgão ou entidade contratante, devidamente assinada pelo agente responsável, em conformidade com o Edital e demais informações constantes do Pregão Presencial - Registro de Preços nº. /2011;

6.3.2. Retirar e assinar a nota de empenho no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar de seu recebimento;

6.3.3. Fornecer o objeto dessa licitação na forma e condições ajustadas nesta Ata, no edital, na proposta vencedora da licitação e na minuta de contrato anexa ao edital;

6.3.4. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos órgãos e entidades contratantes ou pela SEPLAG referentes à forma do objeto dessa licitação e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;



6.3.5. Apresentar, durante todo o prazo de vigência desta Ata, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novo(s) documento(s) que comprove(m) as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

6.3.6. Em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 65, § 1º, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições registradas;

6.3.7. Aceitar remanejamentos ou redistribuições de quantitativos entre os órgãos participantes, feito pelo órgão gestor - SEPLAG, observado o disposto Art. 6º do Decreto 44.787/08;

6.3.8. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Estado de Minas Gerais ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata;

6.3.9. Cumprir os prazos estipulados neste Edital de Registro de Preços – Pregão Presencial nº./2011.

6.3.10. Observar as obrigações dispostas no Edital e seus anexos e Proposta Comercial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DA ATA

7.1. A Ata poderá ser alterada nos termos do Decreto 44.787 de 18 de abril de 2008

CLÁUSULA OITAVA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O FORNECEDOR poderá ter seu registro cancelado:

8.1.1. Pela Administração, quando:

- a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços;
- b) não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- c) ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do Registro de Preços;



d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este ser superior aos praticados no mercado;

e) der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e

f) por razão de interesse público, devidamente justificado pela Administração;

8.1.2. Pela própria empresa prestadora do Serviço Móvel Pessoal, mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços, pela ocorrência de fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior, com antecedência de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das penalidades previstas no instrumento convocatório, nesta ATA, bem como perdas e danos.

8.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES E DAS MULTAS

9.1. O detentor do preço registrado sujeita-se às seguintes penalidades:

9.1.1. Multas sobre o valor do pedido:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente;

9.1.2. Demais sanções estabelecidas no edital e seus anexos, inclusive contrato, na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº. 13.994, de 18 de setembro de 2001, e Decreto nº. 44.431 de 29 de dezembro de 2006.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após publicado o respectivo extrato no Diário Oficial do Estado.



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão

10.2. Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições do Edital Pregão Presencial - Registro de Preços nº. /2011.

10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam a presente Ata em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, __ de _____ de 2011.

(Cargo da autoridade)
(órgão gestor)

Gestor do Registro de Preços

Fornecedor

Testemunhas:

_____,



MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

LOTE 2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE
TELEFONIA FIXA PARA O GOVERNO DO
ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº./2011
--

Pelo presente instrumento, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, situada na Rodovia Prefeito René Gianetti, s/n, Serra Verde, nesta Capital, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº. 05.461.142/0001-70, representado neste ato pela Sra. Renata Maria Paes Vilhena, Secretária de Planejamento e Gestão, MASP 346.445-0, brasileira, separada judicialmente, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 646.462.696-34, portadora do RG nº. M - 1.624.110, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa _____ estabelecida na Rua _____, nesta Capital, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº _____, neste ato representada pelo _____, brasileiro, ____<estado civil>____, ____<profissão>____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº _____, portador do RG nº _____, doravante denominada FORNECEDOR, firmam a presente Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, com fundamento nos Decretos 44.787 de 18/04/2008 e 44.431 de 29/12/2006.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto da presente licitação consiste no Registro de Preços de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, na modalidade Longa Distância Nacional, para ligações exclusivamente originadas dos terminais móveis do Plano Corporativo, conforme tabelas constantes no Item 4, do Anexo I do Edital Pregão Presencial – Registro de Preços nº./2011, para ligações originadas das estações móveis deste Plano, na forma de um Plano Corporativo a serem contratadas pelos órgãos e entidades do Governo do Estado de Minas Gerais arrolados no Anexo X do referido Edital como órgãos participantes, e tendo a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, como Órgão Gestor.



CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

São os itens integrantes deste certame e seus respectivos preços:

Longa Distância Nacional	Nº de acessos	Preço Unitário sem ICMS	Preço Unitário com ICMS
VC-2 - ligação feita p/ fixo de localidades cujo primeiro dígito do CNL seja igual a 3, exceto 31.			
VC-2 ² - ligação feita p/ móvel de localidades cujo primeiro dígito do CNL seja igual a 3, exceto 31.			
VC-3 - ligação feita p/ fixo de localidades cujo primeiro dígito do CNL seja diferente de 3.			
VC-3 ² - ligação feita p/ móvel de localidades cujo primeiro dígito do CNL seja diferente de 3.			
VC-2 R- ligação VC-2 feita quando o aparelho estiver em <i>roaming</i> (em minutos).			
VC-3 R- ligação VC-3 feita quando o aparelho estiver em <i>roaming</i> (em minutos).			

Parágrafo Primeiro - Nos preços fixados, estão incluídas todas as despesas necessárias à plena execução dos serviços e todos os encargos, incidentes sobre o serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os valores dos preços, cujos serviços correspondentes estejam compreendidos no contrato, poderão ser reajustados em decorrência de autorização da ANATEL, mediante aplicação dos índices ou percentuais divulgados por esta.

Parágrafo Primeiro: o preço mensal será mantido fixo durante o período da contratação, ressalvadas as previsões contidas no art. 65 da Lei 8.666/93 e no Decreto 44.787/08, observadas as circunstâncias específicas de cada caso.

Parágrafo Segundo: a possibilidade de reajuste do contrato deverá observar, contudo, o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data de apresentação da proposta ou, no caso de ocorrência reincidente, da data do último reajuste, salvo expressa disposição legal em sentido diferente.



Parágrafo Terceiro: caberá ao FORNECEDOR efetuar os cálculos referentes ao reajuste desejado e, por meio de ofício à CONTRATANTE, acompanhado de nova planilha de preços, solicitar a adequação de preço reputada necessária.

Parágrafo Quarto: Na hipótese de majoração de tarifas decorrente de reajuste, a CONTRATANTE se obrigará ao pagamento dos novos valores a partir da data de sua vigência, respeitado o interregno de 1 (um) ano, independente da celebração de termo aditivo ou de novo contrato.

Parágrafo Quinto: Ocorrendo o reajuste autorizado de tarifas, deverá o FORNECEDOR encaminhar à CONTRATANTE o novo Plano de Serviços (Básico ou Alternativo) em que se baseou sua proposta, para que a CONTRATANTE proceda a correta fiscalização do contrato, levando em conta o(s) desconto(s) ofertado(s).

Parágrafo Sexto: Caso seja determinada a redução das tarifas pela ANATEL, ficará o FORNECEDOR, de igual modo, obrigada a repassá-la à CONTRATANTE.

3.2. A alteração de valores de que trata esta cláusula somente será possível quando, a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a Administração Pública.

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

4.1. O serviço objeto desta licitação deverá ser prestado pelo fornecedor vencedor de acordo com o edital, a proposta vencedora, as cláusulas da presente Ata e da Minuta de Contrato anexa ao edital.

4.2. Os órgãos e entidades não estão obrigados a contratar o objeto desta licitação, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA

5.1. O prazo de validade deste Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato da Ata, no Diário Oficial do Estado, prorrogável nos termos do Decreto nº. 44.787, de 18 de abril de 2008 e alterações.



CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

6.1. Compete à SEPLAG, órgão gestor, por meio da SUGES, as atribuições abaixo, além do exposto no Art. 5º do decreto 44.787/08:

6.1.1. Administrar a presente Ata, devendo para tal, nomear um gestor para acompanhamento das prestações realizadas.

6.1.2. Cuidar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.1.3. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços.

6.2. Competem aos órgãos e entidades, as atribuições abaixo, além do exposto no Art. 7º do decreto 44.787/08:

6.2.1. Requisitar via fax ou ofício, o eventual fornecimento do objeto da licitação cujos preços encontram-se registrados nesta Ata;

6.2.2. Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao objeto solicitado.

6.3. Compete ao FORNECEDOR:

6.3.1. Fornecer durante 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato desta Ata no Diário Oficial, o objeto dessa licitação na forma e condições fixadas nesta Ata, mediante requisição do órgão ou entidade contratante, devidamente assinada pelo agente responsável, em conformidade com o Edital e demais informações constantes do Pregão Presencial - Registro de Preços nº. /2011;

6.3.2. Retirar e assinar a nota de empenho no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar de seu recebimento;

6.3.3. Fornecer o objeto dessa licitação na forma e condições ajustadas nesta Ata, no edital, na proposta vencedora da licitação e na minuta de contrato anexa ao edital;

6.3.4. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos órgãos e entidades contratantes ou pela SUGES referentes à forma do objeto dessa licitação e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;



6.3.5. Apresentar, durante todo o prazo de vigência desta Ata, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novo(s) documento(s) que comprove(m) as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

6.3.6. Em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 65, § 1º, da Lei federal 8.666, de 21 de junho de 1993, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições registradas;

6.3.7. Aceitar remanejamentos ou redistribuições de quantitativos entre os órgãos participantes, feito pelo órgão gestor - SEPLAG, observado o disposto Art. 6º do Decreto 44.787/08;

6.3.8. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Estado de Minas Gerais ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata;

6.3.9. Cumprir os prazos estipulados neste Edital Pregão Presencial – Registro de Preços nº./2011.

6.3.10. Observar as obrigações dispostas no Edital e seus anexos e Proposta Comercial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DA ATA

7.1. A Ata poderá ser alterada nos termos do Decreto 44.787 de 18 de abril de 2.008

CLÁUSULA OITAVA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O fornecedor poderá ter seu registro cancelado, nos termos do Decreto 44.787:

8.1.1. Pela Administração quando:

- a)** não cumprir as exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços;
- b)** não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- c)** ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do Registro de Preços;



d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este ser superior aos praticados no mercado;

e) der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e

f) por razão de interesse público, devidamente justificado pela Administração;

8.1.2. Pela própria empresa prestadora do serviço de telefonia fixa, mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços, pela ocorrência de fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior, com antecedência de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das penalidades previstas no instrumento convocatório, nesta Ata, bem como perdas e danos.

8.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES E DAS MULTAS

9.1. O detentor do preço registrado sujeita-se às seguintes penalidades:

9.1.1. Multas sobre o valor do pedido:

- b) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento;
- b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com o conseqüente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente;

9.1.2. Demais sanções estabelecidas no edital e seus anexos, na Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei 13.994, de 18 de setembro de 2001, e Decreto nº. 44.431 de 29 de dezembro de 2006.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após publicado o respectivo extrato no Diário Oficial do Estado.

10.2. Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições do Pregão Presencial - Registro de Preços nº. /2011.



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão

10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam a presente ata em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, __de _____ de 2011.

(Cargo da autoridade)
(órgão gestor)

Gestor do Registro de Preços

Fornecedor

Testemunhas:

_____,



MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

LOTE 3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE
TELEFONIA FIXA PARA O GOVERNO DO
ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº./2011
--

Pelo presente instrumento, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, situada na Rodovia Prefeito René Gianetti, s/n, Serra Verde, nesta Capital, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº. 05.461.142/0001-70, representado neste ato pela Sra. Renata Maria Paes Vilhena, Secretária de Planejamento e Gestão, MASP 346.445-0, brasileira, separada judicialmente, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 646.462.696-34, portadora do RG nº. M - 1.624.110, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa _____ estabelecida na Rua _____, nesta Capital, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº _____, neste ato representada pelo _____, brasileiro, __<estado civil>__, __<profissão>__, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. _____, portador do RG nº. _____, doravante denominada FORNECEDOR, firmam a presente Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, com fundamento nos Decretos 44.787 de 18/04/2008 e 44.431 de 29/12/2006.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto da presente licitação consiste no Registro de Preços Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, na modalidade Longa Distância Internacional, exclusivamente originada dos terminais móveis do Plano Corporativo, conforme tabelas constantes no Item IV, para ligações originadas das estações móveis deste Plano, na forma de um Plano Corporativo a serem contratadas pelos órgãos e entidades do Governo do Estado de Minas Gerais arrolados no Anexo X do referido Edital como órgãos participantes, e tendo a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, como Órgão Gestor.



CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

São os itens integrantes deste certame e seus respectivos preços:

Países e regiões de destino das ligações	Nº de acessos	Preço Unitário sem ICMS	Preço Unitário com ICMS
MERCOSUL (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai) (em minutos)			
Estados Unidos da América (Inclusive Havaí) (em minutos)			
Canadá e demais países das Américas e Antilhas (em minutos)			
Portugal (Inclusive Açores e Ilha da Madeira) (em minutos)			
Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Liechtenstein, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça (em minutos)			
Demais países da Europa e Oriente Médio (em minutos)			
Austrália e Japão (em minutos)			
África (em minutos)			
Demais países da Ásia, Oceania e Ilhas do Pacífico (exclusive Havaí) (em minutos)			

2.1. Nos preços fixados, estão incluídas todas as despesas necessárias à plena execução dos serviços e todos os encargos, incidentes sobre o serviço.

2.2. No caso de ligações em roaming internacional, prevalece o preço em dólares americanos (U\$) no caso de divergência no momento do faturamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os valores dos preços, cujos serviços correspondentes estejam compreendidos no contrato, poderão ser reajustados em decorrência de autorização da ANATEL, mediante aplicação dos índices ou percentuais divulgados por esta.

Parágrafo Primeiro: o preço mensal será mantido fixo durante o período da contratação, ressalvadas as previsões contidas no art. 65 da Lei 8.666/93 e no Decreto 44.787/08, observadas as circunstâncias específicas de cada caso.



Parágrafo Segundo: a possibilidade de reajuste do contrato deverá observar, contudo, o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data de apresentação da proposta ou, no caso de ocorrência reincidente, da data do último reajuste, salvo expressa disposição legal em sentido diferente.

Parágrafo Terceiro: caberá ao FORNECEDOR efetuar os cálculos referentes ao reajuste desejado e, por meio de ofício à CONTRATANTE, acompanhado de nova planilha de preços, solicitar a adequação de preço reputada necessária.

Parágrafo Quarto: Na hipótese de majoração de tarifas decorrente de reajuste, a CONTRATANTE se obrigará ao pagamento dos novos valores a partir da data de sua vigência, respeitado o interregno de 1 (um) ano, independente da celebração de termo aditivo ou de novo contrato.

Parágrafo Quinto: Ocorrendo o reajuste autorizado de tarifas, deverá o FORNECEDOR encaminhar à CONTRATANTE o novo Plano de Serviços (Básico ou Alternativo) em que se baseou sua proposta, para que a CONTRATANTE proceda a correta fiscalização do contrato, levando em conta o(s) desconto(s) ofertado(s).

Parágrafo Sexto: Caso seja determinada a redução das tarifas pela ANATEL, ficará o FORNECEDOR, de igual modo, obrigada a repassá-la à CONTRATANTE.

3.2. A alteração de valores de que trata esta cláusula somente será possível quando, a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a Administração Pública.

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

4.1. O serviço objeto desta licitação deverá ser prestado pelo fornecedor vencedor de acordo com o edital, a proposta vencedora, as cláusulas da presente Ata e da minuta de contrato anexa ao edital.

4.2. Os órgãos e entidades não estão obrigados a contratar o objeto desta licitação, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA



5.1. O prazo de validade deste Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato da Ata, no Diário Oficial do Estado, prorrogável nos termos do Decreto nº. 44.787/08.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

6.1. Compete à SEPLAG, órgão gestor, por meio da SUGES, as atribuições abaixo, além do exposto no Art. 5º do Decreto 44.787/08:

6.1.1. Administrar a presente Ata, devendo para tal, nomear um gestor para acompanhamento das prestações realizadas.

6.1.2. Cuidar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.1.3. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços.

6.2. Compete aos órgãos e entidades as atribuições abaixo, além do exposto no Art. 7º do Decreto 44.787/08:

6.2.1. Requisitar via fax ou ofício, o eventual fornecimento do objeto da licitação cujos preços encontram-se registrados nesta Ata;

6.2.2. Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao objeto solicitado

6.3. Compete ao Fornecedor:

6.3.1. Fornecer durante 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato desta Ata no Diário Oficial, o objeto dessa licitação na forma e condições fixadas nesta Ata, mediante requisição do órgão ou entidade contratante, devidamente assinada pelo agente responsável, em conformidade com o Edital e demais informações constantes do Pregão de Registro de Preços nº./2011;

6.3.2. Retirar e assinar a nota de empenho no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar de seu recebimento;

6.3.3. Fornecer o objeto dessa licitação na forma e condições ajustadas nesta Ata, no edital, na proposta vencedora da licitação e na minuta de contrato anexa ao edital;



6.3.4. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos órgãos e entidades contratantes ou pela SEPLAG referentes à forma do objeto dessa licitação e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;

6.3.5. Apresentar, durante todo o prazo de vigência desta Ata, a medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novo(s) documento(s) que comprove(m) as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

6.3.6. Em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 65, § 1º, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições registradas;

6.3.7. Aceitar remanejamentos ou redistribuições de quantitativos entre os órgãos participantes, feito pelo órgão gestor - SEPLAG, observado o disposto Art. 6º do Decreto 44.787/08;

6.3.8. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Estado de Minas Gerais ou à terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata;

6.3.9. Cumprir os prazos estipulados neste edital de Registro de Preços Pregão Presencial nº./2011.

6.3.10. Observar as obrigações dispostas no Edital e seus anexos e Proposta Comercial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DA ATA

7.1. A Ata poderá ser alterada nos termos do Decreto 44.787 de 18 de abril de 2.008

CLÁUSULA OITAVA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O fornecedor poderá ter seu registro cancelado, nos termos do Decreto 44.787/08:

8.1.1. Pela Administração, quando:

- a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços;
- b) não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;



- c) ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do Registro de Preços;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este ser superior aos praticados no mercado;
- e) der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e
- f) por razão de interesse público, devidamente justificado pela Administração;

8.1.2. Pela própria empresa prestadora do serviço de telefonia fixa, mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços, pela ocorrência de fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior, com antecedência de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das penalidades previstas no instrumento convocatório, nesta ATA, bem como perdas e danos.

8.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES E DAS MULTAS

9.1. O detentor do preço registrado sujeita-se às seguintes penalidades:

9.1.1. Multas sobre o valor do pedido:

- c) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento;
- b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com o conseqüente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente;

9.1.2. Demais sanções estabelecidas no edital e seus anexos, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº. 13.994, de 18 de setembro de 2001, regulamentada pelo Decreto nº. 44.431 de 29 de dezembro de 2006.

9.1.3. Sanções decorrentes de NMA insuficiente, nos termos da Avaliação da Prestação dos Serviços, conforme o ANEXO VII do Edital.



CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A presente ata de Registro de Preços somente terá eficácia após publicado o respectivo extrato no Diário Oficial do Estado.

10.2. Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições do Pregão de Registro de Preços nº./2011.

10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam a presente ata em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, __de _____ de 2011.

(Cargo da autoridade)
(órgão gestor)

Gestor do Registro de Preços

Fornecedor

Testemunhas:

_____,



ANEXO IX - MINUTAS DOS CONTRATOS

LOTE 1

**CONTRATO Nº. ____/2011, DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO MÓVEL PESSOAL, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O GOVERNO DE ESTADO DE
MINAS GERAIS, POR MEIO DA
_____, E
_____.**

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da (...) sediada na Rua (...), nº. (...), em Belo Horizonte/MG, CNPJ nº. (...), representada pelo (...), Sr. (...), CI nº (...) e CPF (...), doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e a empresa (...), sediada na rua (...), bairro (...), na Cidade de (...), estado de (...), CEP (...), CNPJ nº (...), representada (...), CI nº (...), CPF nº (...), , neste contrato denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato de (...) em conformidade com a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS nº./2011, processo nº./2011, vinculando-se ao Edital, seus anexos e à proposta respectiva, emitida em __/__/2011, independentemente de transcrição, aplicando-se, ainda, o disposto nos Decretos 44.786 e 44.787, de 18 de abril de 2008, pela Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei nº. 14.167, de 10 de janeiro de 2002, e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e suas posteriores alterações, pelo Plano Geral de Autorização do Serviço Móvel Pessoal – SMP, aprovado pela Resolução nº 321, de 27 de setembro de 2002; pelo Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP, aprovado pela Resolução nº. 477 de 07 de agosto de 2007 e demais normas regulamentadoras expedidas pela ANATEL relativas à prestação do Serviço Móvel Pessoal, mediante as seguintes CLÁUSULAS e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto desse contrato consiste na contratação de Serviço Móvel Pessoal – SMP, englobando serviços de tráfego de voz e dados, com acesso remoto à Internet, incluindo aparelhos em



comodato, conforme tabelas constantes no Item 4.6.1, do Anexo I do Edital Pregão Presencial – Registro de Preços nº./2011, na forma de um Plano Corporativo a ser contratado por órgãos e entidades do Estado de Minas Gerais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Proporcionar, no que lhe couber, as facilidades necessárias para que o FORNECEDOR possa cumprir as condições estabelecidas neste Contrato;
- b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pelos empregados credenciados pelo FORNECEDOR, atinentes ao objeto contratual;
- c) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Contrato;
- d) Responder pelos débitos gerados pela utilização dos serviços, nos termos da legislação aplicável;
- e) Assegurar aos técnicos do FORNECEDOR, sempre que necessário, o acesso às dependências da CONTRATANTE para a prestação dos serviços relacionados com o objeto da contratação, respeitadas as normas de segurança interna da CONTRATANTE;
- f) Comunicar ao FORNECEDOR qualquer irregularidade verificada nos serviços prestados;
- g) Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho e qualidade;
- h) Controlar as ligações realizadas e documentar a ocorrência de problemas;
- i) Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que, ressalvados os casos de força maior justificados pela CONTRATANTE, não devem ser interrompidos;
- j) Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor vigente das tarifas na data da emissão das contas telefônicas;
- l) Emitir pareceres sobre os atos relativos à execução do Contrato, em especial quanto ao acompanhamento e à fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas nas especificações e à aplicação de sanções;
- m) Tornar disponível, quando for o caso, as instalações e os equipamentos necessários à prestação dos serviços;
- n) Relacionar as dependências das suas instalações físicas e os bens de sua propriedade colocados à disposição do FORNECEDOR durante a prestação dos serviços, com a indicação do estado de conservação, se for o caso.



CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- a) Responsabilizar-se por todas as obrigações decorrentes desta contratação, bem como as estabelecidas na Lei nº. 9.472/97, no contrato de concessão/autorização firmado com a ANATEL, e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem prestados;
- b) Manter o sigilo e a inviolabilidade dos serviços, respeitadas as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo das telecomunicações e os regulamentos do Serviço Móvel Pessoal (SMP);
- c) Possibilitar o acesso às informações quanto às condições dos serviços, tarifas e preços praticados;
- d) Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbito federal, estadual ou distrital e municipal, como também assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL, inclusive quanto aos preços oferecidos na proposta;
- e) Prestar os serviços contratados com padrão de qualidade, regularidade, segurança, atualidade, eficiência e modicidade de tarifas, sempre de acordo com as normas estabelecidas pelo Poder Concedente, evitando a interrupção do serviço;
- f) Zelar sempre pela igualdade de tratamento entre os diversos usuários no acesso aos serviços;
- g) Arcar com todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais a que a CONTRATANTE for compelida a responder, no caso de os serviços prestados por força deste Contrato violarem, por culpa exclusiva do FORNECEDOR, direitos de terceiros;
- h) Levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência deste Contrato, para a adoção das medidas cabíveis, prestando os esclarecimentos julgados necessários;
- i) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se a atender as reclamações a respeito da qualidade dos serviços prestados;
- j) Providenciar a imediata reparação, correção, remoção ou substituição, total ou parcial, às suas expensas, de serviço prestado pelo FORNECEDOR na rede externa, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução inadequada;



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão

- l) Atender de imediato às solicitações da CONTRATANTE, no caso de qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados, devendo restabelecê-los no prazo determinado pela ANATEL, a contar da notificação;
- m) Fornecer, mensalmente, ou quando solicitado, o demonstrativo de utilização dos serviços;
- n) Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, sua ou de seus empregados, imprudência, imperícia ou negligência, quando da execução dos serviços prestados na rede externa, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;
- o) Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus técnicos, durante a execução dos serviços na rede externa, ainda que a falta seja praticada nas dependências da CONTRATANTE;
- p) Não veicular publicidade acerca da contratação, salvo mediante prévia autorização por escrito da CONTRATANTE.
- q) Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela contratante em prazo inferior a 48 (quarenta e oito) horas;
- r) Atender com presteza o telefone cujo número foi fornecido pela Contratada para registro de reclamações;
- s) Não cobrar por serviços não prestados;
- t) Disponibilizar mensalmente as informações dos contratos e faturas no portal na Internet, conforme discriminado no item 5 do Anexo I a este Edital;
- u) Enviar corretamente as contas e/ou faturas telefônicas aos órgãos contratantes;
- v) Cumprir a determinação estipulada em edital no tocante à instalação dos serviços no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da assinatura do contrato.
- w) Fornecer todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento dos aparelhos móveis, incluindo carregador de bateria, cartão de memória, conforme o caso, manual de operação em português, bateria original do fabricante e vibratória, caso o aparelho não possua mecanismo vibratório interno;
- x) Disponibilizar, em horário comercial, consultor e fornecer número telefônico para receber solicitações, dúvidas e reclamações sobre o funcionamento do serviço contratado, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE;
- y) Efetuar a substituição de aparelhos que apresentarem defeitos não decorrentes de mau-uso;



- z) No caso de modernização tecnológica, o contratante poderá solicitar a atualização para a nova tecnologia disponível sem alteração nos custos dos serviços contratados, desde que respeitadas as condições editalícias, conforme previsto no Art. 65, § I, inciso "a" da lei 8.666/93, respeitado o prazo mínimo de 12 (doze) meses contados a partir da última troca;
- aa) Responsabilizar-se por quaisquer consequências oriundas de acidentes que excepcionalmente possam vitimar seus empregados nas dependências da CONTRATANTE, quando do desempenho dos serviços atinentes ao objeto deste Contrato, ou em conexão com ele, devendo adotar todas as providências que, a respeito exigir a legislação em vigor;
- bb) Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Parágrafo Único: é vedada a subcontratação dos serviços avençados, sob pena de incursão nas sanções previstas nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DO FORNECEDOR:

- a) Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados ou prepostos, por todas as despesas decorrentes da execução do Contrato, sob sua responsabilidade, tais como: salários, seguro de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
- b) Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais de sua responsabilidade previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- c) Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;
- d) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE;



- e) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal de sua responsabilidade, relacionadas ao objeto desta contratação, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

Parágrafo Único: a inadimplência do FORNECEDOR com referência aos encargos estabelecidos nesta Cláusula não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual o FORNECEDOR renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DAS TARIFAS E PREÇOS

Parágrafo Primeiro – As tarifas e preços a serem praticados pelo FORNECEDOR na prestação dos Serviços, são aqueles ofertados na proposta vencedora da sessão pública de pregão havido em ____/____/____, que correspondem, nesta contratação a um valor total anual estimado de R\$ _____, conforme a Tabela a seguir:

Serviço Móvel Pessoal	Nº de acessos	Preço Unitário sem ICMS	Preço Unitário com ICMS
Assinaturas (1) – assinatura mensal dos serviços de tráfego de voz, que deve incluir todos os benefícios contratados não listados abaixo, inclusive identificação de chamadas, caixa postal e comodato de aparelhos "padrão voz".			
Assinaturas (2) – assinatura mensal dos serviços de tráfego de voz e dados, que deve incluir todos os benefícios contratados não listados abaixo, inclusive identificação de chamadas, caixa postal, conexão remota à Internet e comodato de aparelhos "padrão voz e dados".			
Assinaturas (3) – assinatura mensal dos serviços de tráfego de dados e conexão remota à Internet por meio de <i>modem</i> apropriado. Inclui o comodato do <i>modem</i> .			
E-mail remoto - solução que permita ler e enviar <i>e-mails</i> com ou sem anexos, via aparelho celular, computador portátil, palmtop ou outros dispositivos compatíveis tecnologicamente, em qualquer localidade onde haja cobertura GSM da empresa contratada;			



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão

Tráfego de Dados - fluxo de dados bidirecional (em KBytes)			
VC-11 – ligação feita p/ fixo da mesma cidade ou entre cidades do mesmo DDD (em minutos).			
VC-12 – ligação feita de móvel para móvel da mesma operadora, de mesmo DDD e que não pertença ao Plano Corporativo (em minutos).			
VC-13 – ligação feita de móvel para móvel de outra operadora, de mesmo DDD (em minutos).			
VC-1 R¹ – ligação feita quando o aparelho estiver em <i>roaming</i> , de móvel para fixo (em minutos).			
VC-1 R² – ligação feita quando o aparelho estiver em <i>roaming</i> , de móvel para móvel da mesma operadora (em minutos).			
VC-1 R³ – ligação feita quando o aparelho estiver em <i>roaming</i> , de móvel para móvel de outra operadora (em minutos).			
DSL-1 – recebimento de ligação dentro do Estado, na área de cobertura de operadora, em cidade c/ DDD diferente (em minutos).			
DSL-2 – recebimento de ligações em outro Estado (em minutos).			
AD – adicional de deslocamento (em número de eventos/chamadas).			
SMS – Mensagens enviadas via celular (em número de mensagens).			
MMS - Mensagens de tamanho médio enviadas via celular (em número de mensagens)			
Ligações em <i>roaming</i> internacional (em minutos)			

Parágrafo Segundo – O objeto contratado está definido nas seguintes quantidades:

- a) **Intra-grupo:** acessos que realizam somente ligações locais (VC-1) para celulares da Rede Corporativa e utilizam aparelhos “padrão voz”; Esses acessos só faturam “Assinatura (1)”: todos os demais serviços que geram custos devem ser bloqueados. Quantidade contratada:acessos.
- b) **Voz:** acessos que utilizam todos os serviços de voz e SMS e utilizam aparelhos “padrão voz”; Os serviços de tráfego de dados devem ser bloqueados. Quantidade contratada:



-
.....
.....acessos.
- c) **Voz e dados:** acessos que utilizam todos os serviços licitados e utilizam aparelhos “padrão voz e dados”. Quantidade contratada:
.....
.....acessos.
- d) **Modem:** Para acesso a serviços de tráfego de dados. Quantidade contratada:
.....
.....acessos.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS E TARIFAS:

Os valores das tarifas telefônicas, cujos serviços correspondentes estejam compreendidos no contrato, poderão ser reajustados nos termos da Lei Federal nº. 8.666, de 1993, em decorrência de autorização da ANATEL, mediante aplicação dos índices ou percentuais divulgados por esta.

Parágrafo Primeiro: a possibilidade de reajuste do contrato deverá observar, o interregno de 1 (um) ano, a contar da data de apresentação da proposta ou, no caso de ocorrência reincidente, da data do último reajuste, salvo expressa disposição legal em sentido diferente.

Parágrafo Segundo: Caso seja determinada a redução das tarifas pela ANATEL, ficará o FORNECEDOR, de igual modo, obrigado a repassá-la à CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento mensal da despesa será realizado pela CONTRATANTE através de quitação bancária (por meio eletrônico) ou crédito em conta corrente bancária declarada pelo FORNECEDOR, que deverá apresentar, mensalmente, Nota-Fiscal Fatura de Serviços de Telecomunicações para liquidação e pagamento da despesa, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, antes do dia de vencimento mensal pactuado, nos termos do regulamento de Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº. 477 de 07 de agosto de 2007.

Parágrafo Primeiro: A contratante poderá efetuar contestação dos débitos constantes da Nota Fiscal-Fatura de Serviços de Telecomunicações, nos termos do regulamento de Serviço Móvel Pessoal.



Parágrafo Segundo: Contestado o débito objeto da Nota Fiscal-Fatura de Serviços de Telecomunicações, será emitida nova nota fiscal do débito remanescente, se houver, para pagamento na data nesta apazada.

Parágrafo Terceiro: Constatado ser devido o débito contestado, será o valor incluído na nota fiscal-fatura do próximo mês, acrescido de multa e juros pertinentes, conforme previsto na Portaria nº 1960, de 06/12/96, do Ministério das Comunicações.

Parágrafo Quarto:

O não pagamento da nota fiscal ou fatura de serviços até a data de seu vencimento, sujeitará o Contratante, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, às seguintes sanções:

- a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês;
- b) correção monetária pelo IPC-A, após o decurso de 12 meses a contar do vencimento.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas com fornecimento do bem indicado na Cláusula Primeira deste contrato, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: _____.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA:

Este Contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo prorrogado, por meio de Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, incluídos os primeiros 12 (doze) meses de vigência, exceto no tangente à previsão do § 4º, art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS NÍVEIS DE SERVIÇO

10.1. Os Órgãos Contratantes deverão monitorar a prestação dos serviços referentes ao Lote 1 visando garantir o correto cumprimento do contrato, devendo registrar as ocorrências e aplicar as sanções conforme a tabela abaixo:



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão


Ocorrência	Sanção
1. Cobrança por serviços não prestados.	Devolução do valor cobrado indevidamente e multa de 10% do valor da fatura;
2. Não atender plenamente ao item 2.1. e 2.2. do Anexo I durante o período de vigência do contrato;	Multa de 2% do valor total do contrato para cada localidade não atendida;
3. Não respeitar o prazo estipulado no item 5.4;	Multa de 1% do valor mensal do contrato para cada dia útil de atraso;
4. Não respeitar o prazo estipulado no item 3.10.3.	Multa de 10% do valor mensal de todos os contratos celebrados.

10.2. Os Órgãos e Entidades contratantes deverão registrar as ocorrências na Ficha de Avaliação de Nível de Serviço segundo o modelo anexo, assinar e encaminhar uma cópia para a empresa contratada e uma cópia para a SEPLAG;

10.3. Uma vez aplicada uma penalidade, a empresa contratada terá 45 (quarenta e cinco) dias a partir da data da apresentação da Ficha de Avaliação de Nível de Serviço para efetuar o pagamento da(s) multa(s), na forma definida pelo contratante.

10.4. A empresa contratada não será responsabilizada pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, como atos de inimigo público, guerra, revolução, bloqueios, epidemias, fenômenos meteorológicos de vulto, perturbações civis, ou acontecimentos assemelhados que fujam ao controle razoável de qualquer das partes contratantes.



FICHA DE AVALIAÇÃO DE NÍVEL DE SERVIÇO		
Governo do Estado de Minas Gerais <Nome do Órgão/Entidade> <Nome da unidade responsável pela gestão do contrato> <Número do contrato>		
		
Empresa Contratada:		
Consultor:		
Telefone e e-mail de Contato:		
Registro de Ocorrências		
Ocorrência	Sanção	Comentários/total da sanção por item
1. Cobrança por serviços não prestados.	Devolução do valor cobrado indevidamente e multa de 10% do valor da fatura;	
2. Não atender plenamente ao item 2.1. e 2.2. do Anexo I durante o período de vigência do contrato;	Multa de 2% do valor total do contrato para cada localidade não atendida;	
3. Não respeitar o prazo estipulado no item 5.4;	Multa de 1% do valor mensal do contrato para cada dia útil de atraso;	
4. Não respeitar o prazo estipulado no item 3.10.3.	Multa de 10% do valor mensal de todos os contratos celebrados.	
Belo Horizonte, _____ de _____ de 20____		
<nome do responsável pelo preenchimento> <cargo do responsável pelo preenchimento> <setor do responsável pelo preenchimento>		<nome e MaSP da testemunha 1> <nome e MaSP da testemunha 2>

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES:

11.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do FORNECEDOR, sujeitando-a as seguintes sanções:

- 11.1.1. advertência, que será aplicada sempre por escrito;
- 11.1.2. multas moratória e/ou indenizatória;
- 11.1.4. suspensão temporária do direito de licitar com a CONTRATANTE;
- 11.1.6. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, no prazo não superior a 05 anos.

11.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do FORNECEDOR, sujeitando-o, ainda, ao seguinte:



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão

11.2.1. rescisão unilateral da contratação de fornecimento sujeitando-se o FORNECEDOR ao pagamento de indenização à CONTRATANTE por perdas e danos;

11.2.2. indenização à CONTRATANTE SEPLAG, relativa à diferença de custo para contratação de outro licitante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos e condições previstos nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Este Contrato será publicado em forma de extrato no Diário Oficial, na conformidade do disposto no Parágrafo Único do art. 61 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

É competente o Foro da Comarca de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, para dirimir as questões oriundas deste Contrato.

E, contratados, lavram o presente termo contratual, que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Belo Horizonte, ____/____/____.

ASSINATURAS



MINUTA DO CONTRATO

LOTE 2

**CONTRATO Nº. ____/2011, DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO,
MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL,
QUE ENTRE SI CELEBRAM O GOVERNO DE
ESTADO DE MINAS GERAIS, POR MEIO DA
_____, E _____.**

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da (...) sediada na Rua (...), nº. (...), em Belo Horizonte/MG, CNPJ nº. (...), representada pelo (...), Sr. (...), CI nº (...) e CPF (...), doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e a empresa (...), sediada na rua (...), bairro (...), na Cidade de (...), estado de (...), CEP (...), CNPJ nº (...), representada (...), CI nº (...), CPF nº (...), , neste contrato denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato de (...) em conformidade com a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL – Registro de Preços nº./2011, processo nº./2011, vinculando-se ao Edital, seus anexos e à proposta respectiva, emitida em ____/____/2011, independentemente de transcrição, aplicando-se, ainda, o disposto nos Decretos 44.786 e 44.787, de 18 de abril de 2008, pela Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei nº. 14.167, de 10 de janeiro de 2002, e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1.993, e suas posteriores alterações, observando-se supletivamente os procedimentos do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução ANATEL nº. 85, de 30/12/98; na Portaria nº. 1.960, de 06/12/96, do Ministério das Comunicações; no Plano Geral de Outorgas, aprovado pelo Decreto nº. 2.534, de 02/04/98 e demais normas regulamentadoras expedidas pela ANATEL relativas à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado, mediante as seguintes CLÁUSULAS e condições:

Os serviços ora contratados foram objeto de licitação realizada na modalidade Pregão Presencial - Registro de Preços nº./2011, em regime de execução indireta, empreitada



por preço integral, tipo menor preço. O presente contrato vincula-se ao referido certame, bem como à proposta da licitante vencedora, emitida em __/__/2011, bem como aos Anexos e que integram o edital do Pregão Presencial – Registro de Preços nº. /2011 independentemente de transcrição e no que a este não contrariar.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto desse contrato consiste na contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, na modalidade Longa Distância Nacional, para ligações exclusivamente originadas dos terminais móveis do Plano Corporativo, conforme tabelas constantes no Item 4.6.2, do Anexo I do Edital Pregão Presencial - Registro de Preços nº. /2011, para ligações originadas das estações móveis deste Plano, a serem contratadas por órgãos e entidades do Governo do Estado de Minas Gerais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Proporcionar, no que lhe couber, as facilidades necessárias para que o FORNECEDOR possa cumprir as condições estabelecidas neste Contrato;
- b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados credenciados pelo FORNECEDOR, atinentes ao objeto contratual;
- c) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Contrato;
- d) Responder pelos débitos gerados pela utilização dos serviços, ainda que findo o prazo da contratação, nos termos da legislação aplicável;
- e) Assegurar aos técnicos do FORNECEDOR, sempre que necessário, o acesso às dependências da CONTRATANTE para a prestação dos serviços relacionados com o objeto da contratação, respeitadas as normas de segurança interna da CONTRATANTE;
- f) Comunicar ao FORNECEDOR qualquer irregularidade verificada nos serviços prestados;
- g) Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho e qualidade;
- h) Controlar as ligações realizadas e documentar a ocorrência de problemas;
- i) Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que, ressalvados os casos de força maior justificados pela CONTRATANTE, não devem ser interrompidos;



- j) Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor vigente das tarifas na data da emissão das contas telefônicas;
- k) Emitir pareceres sobre os atos relativos à execução do Contrato, em especial quanto ao acompanhamento e à fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas nas especificações e à aplicação de sanções;
- l) Tornar disponível, quando for o caso, as instalações e os equipamentos necessários à prestação dos serviços;
- m) Relacionar as dependências das suas instalações físicas e os bens de sua propriedade colocados à disposição do FORNECEDOR durante a prestação dos serviços, com a indicação do estado de conservação, se for o caso.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- a) Responsabilizar-se por todas as obrigações decorrentes desta contratação, bem como as estabelecidas na Lei nº. 9.472/97, no contrato de concessão/autorização firmado com a ANATEL, e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem prestados;
- b) Manter o sigilo e a inviolabilidade dos serviços, respeitadas as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo das telecomunicações e os regulamentos do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC);
- c) Possibilitar o acesso às informações quanto às condições dos serviços, tarifas e preços praticados;
- d) Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbito federal, estadual ou distrital e municipal, como também assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL, inclusive quanto aos preços oferecidos na proposta;
- e) Prestar os serviços contratados com padrão de qualidade, regularidade, segurança, atualidade, eficiência e modicidade de tarifas, sempre de acordo com as normas estabelecidas pelo Poder Concedente, evitando a interrupção do serviço;
- f) Zelar sempre pela igualdade de tratamento entre os diversos usuários no acesso aos serviços;
- g) Arcar com todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais a que a CONTRATANTE for



compelida a responder, no caso de os serviços prestados por força deste Contrato violarem, por culpa exclusiva do FORNECEDOR, direitos de terceiros;

- h) Levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência deste Contrato, para a adoção das medidas cabíveis, prestando os esclarecimentos julgados necessários;
- i) Responsabilizar-se por quaisquer conseqüências oriundas de acidentes que excepcionalmente possam vitimar seus empregados nas dependências da CONTRATANTE, quando do desempenho dos serviços atinentes ao objeto deste Contrato, ou em conexão com ele, devendo adotar todas as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor;
- j) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se a atender as reclamações a respeito da qualidade dos serviços prestados;
- k) Providenciar a imediata reparação, correção, remoção ou substituição, total ou parcial, às suas expensas, de serviço prestado pelo FORNECEDOR na rede externa, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução inadequada;
- l) Atender de imediato às solicitações da CONTRATANTE, no caso de qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados, devendo restabelecê-los no prazo de 8 (oito) horas, a contar da notificação;
- m) Fornecer, mensalmente, ou quando solicitado, o demonstrativo de utilização dos serviços;
- n) Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, sua ou de seus empregados, imprudência, imperícia ou negligência, quando da execução dos serviços prestados na rede externa, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;
- o) Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus técnicos, durante a execução dos serviços na rede externa, ainda que a falta seja praticada nas dependências da CONTRATANTE;
- p) Não veicular publicidade acerca da contratação, salvo mediante prévia autorização por escrito da CONTRATANTE.
- q) Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela contratante em prazo inferior a 48 (quarenta e oito) horas;



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão

- r) Atender com presteza o telefone cujo número foi fornecido pela Contratada para registro de reclamações;
- s) Não cobrar por serviços não prestados;
- t) Disponibilizar mensalmente as informações dos contratos e faturas no portal na Internet, discriminado no item 5 do Anexo I a este Edital;
- u) Enviar corretamente as contas e/ou faturas telefônicas aos órgãos contratantes;
- v) Cumprir a determinação estipulada em edital no tocante à instalação dos serviços no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da assinatura do contrato;
- w) Responsabilizar-se por quaisquer consequências oriundas de acidentes que excepcionalmente possam vitimar seus empregados nas dependências da CONTRATANTE, quando do desempenho dos serviços atinentes ao objeto deste Contrato, ou em conexão com ele, devendo adotar todas as providências que, a respeito exigir a legislação em vigor.
- x) Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Parágrafo Único: é vedada a subcontratação dos serviços avençados, sob pena de incursão nas sanções previstas nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DO FORNECEDOR:

- a) Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados ou prepostos, por todas as despesas decorrentes da execução do Contrato, sob sua responsabilidade, tais como: salários, seguro de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
- b) Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais de sua responsabilidade previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- c) Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;
- d) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem



vítimas os seus técnicos no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE;

- e) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal de sua responsabilidade, relacionadas ao objeto desta contratação, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

Parágrafo Único: a inadimplência do FORNECEDOR com referência aos encargos estabelecidos nesta Cláusula não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual o FORNECEDOR renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DAS TARIFAS E PREÇOS

Parágrafo Primeiro - As tarifas e preços a serem praticados pelo FORNECEDOR na prestação dos Serviços são aqueles ofertados na proposta vencedora da sessão pública de pregão havido em __/__/__, que correspondem nesta contratação a um valor total anual estimado de R\$ _____, conforme a Tabela a seguir:

Longa Distância Nacional	Nº de acessos	Preço Unitário sem ICMS	Preço Unitário com ICMS
VC-2 - ligação feita p/ fixo de localidades cujo primeiro dígito do CNL seja igual a 3, exceto 31.			
VC-2² - ligação feita p/ móvel de localidades cujo primeiro dígito do CNL seja igual a 3, exceto 31.			
VC-3 - ligação feita p/ fixo de localidades cujo primeiro dígito do CNL seja diferente de 3.			
VC-3² - ligação feita p/ móvel de localidades cujo primeiro dígito do CNL seja diferente de 3.			
VC-2 R – ligação VC-2 feita quando o aparelho estiver em <i>roaming</i> (em minutos).			
VC-3 R – ligação VC-3 feita quando o aparelho estiver em <i>roaming</i> (em minutos).			



Parágrafo Segundo – As tarifas descritas na tabela anterior serão aplicadas aos seguintes acessos móveis: <listar número e código DDD de todos os acessos pertencentes ao Plano Corporativo contratado pelo órgão>

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS E TARIFAS:

Os valores das tarifas telefônicas, cujos serviços correspondentes estejam compreendidos no contrato, poderão ser reajustados nos termos da Lei Federal nº. 8.666, de 1993, em decorrência de autorização da ANATEL, mediante aplicação dos índices ou percentuais divulgados por esta.

Parágrafo Primeiro: a possibilidade de reajuste do contrato deverá observar, o interregno de 1 (um) ano, a contar da data de apresentação da proposta ou, no caso de ocorrência reincidente, da data do último reajuste, salvo expressa disposição legal em sentido diferente.

Parágrafo Segundo: Caso seja determinada a redução das tarifas pela ANATEL, ficará o FORNECEDOR, de igual modo, obrigado a repassá-la à CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento mensal da despesa será realizado pela CONTRATANTE através de quitação bancária (por meio eletrônico) ou crédito em conta corrente bancária declarada pela CONTRATADA, que deverá apresentar, mensalmente, Nota-Fiscal Fatura de Serviços de Telecomunicações para liquidação e pagamento da despesa, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, antes do dia de vencimento mensal pactuado, nos termos do regulamento de Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução ANATEL nº. 85, de 30 de dezembro de 1998.

Parágrafo Primeiro: A contratante poderá efetuar contestação dos débitos constantes da Nota Fiscal-Fatura de Serviços de Telecomunicações, nos termos dos art. 62 a 66, do Regulamento de Serviço telefônico fixo Comutado, aprovado pela Resolução ANATEL nº. 85, de 30 de dezembro de 1998.

Parágrafo Segundo: Contestado o débito objeto da Nota Fiscal-Fatura de Serviços de Telecomunicações, será emitida nova nota fiscal do débito remanescente, se houver, para pagamento na data nesta apazada.



Parágrafo Terceiro: Constatado ser devido o débito contestado, será o valor incluído na nota fiscal-fatura do próximo mês, acrescido de multa e juros pertinentes, conforme previsto na Portaria nº 1960, de 06/12/96, do Ministério das Comunicações.

Parágrafo Quarto:

O não pagamento da nota fiscal ou fatura de serviços até a data de seu vencimento, sujeitará o Contratante, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, às seguintes sanções:

- a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês;
- b) correção monetária pelo IPC-A, após o decurso de 12 meses a contar do vencimento.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas com fornecimento do bem indicado na Cláusula Primeira deste contrato, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: _____.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA:

Este Contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo prorrogado, por meio de Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, incluídos os primeiros 12 (doze) meses de vigência, exceto no tangente à previsão do § 4º, art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS NÍVEIS DE SERVIÇO

10.1. Os Órgãos Contratantes deverão monitorar a prestação dos serviços referentes ao Lote 2 visando garantir o correto cumprimento do contrato, devendo registrar as ocorrências e aplicar as sanções conforme a tabela abaixo:

Ocorrência	Sanção
1. Cobrança por serviços não prestados.	Devolução do valor cobrado indevidamente e multa de 10% do valor da fatura;
2. Não atender plenamente ao item 2.1. e 2.2. do Anexo I durante o período de vigência do contrato;	Multa de 2% do valor total do contrato para cada localidade não atendida;
3. Não respeitar o prazo estipulado no item 5.4;	Multa de 1% do valor mensal do contrato para cada dia útil de atraso;

10.2. Os Órgãos e Entidades contratantes deverão registrar as ocorrências na Ficha de




Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão

Avaliação de Nível de Serviço segundo o modelo anexo, assinar e encaminhar uma cópia para a empresa contratada e uma cópia para a SEPLAG;

10.3. Uma vez aplicada uma penalidade, a empresa contratada terá 45 (quarenta e cinco) dias a partir da data da apresentação da Ficha de Avaliação de Nível de Serviço para efetuar o pagamento da(s) multa(s), na forma definida pelo contratante.

10.4. A empresa contratada não será responsabilizada pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, como atos de inimigo público, guerra, revolução, bloqueios, epidemias, fenômenos meteorológicos de vulto, perturbações civis, ou acontecimentos assemelhados que fujam ao controle razoável de qualquer das partes contratantes.

FICHA DE AVALIAÇÃO DE NÍVEL DE SERVIÇO		
Governo do Estado de Minas Gerais <Nome do Órgão/Entidade> <Nome da unidade responsável pela gestão do contrato> <Número do contrato>		
Empresa Contratada:		
Consultor:		
Telefone e e-mail de Contato:		
Registro de Ocorrências		
Ocorrência	Sanção	Comentários/total da sanção por item
1. Cobrança por serviços não prestados.	Devolução do valor cobrado indevidamente e multa de 10% do valor da fatura;	
2. Não atender plenamente ao item 2.1. e 2.2. do Anexo I durante o período de vigência do contrato;	Multa de 2% do valor total do contrato para cada localidade não atendida;	
3. Não respeitar o prazo estipulado no item 5.4;	Multa de 1% do valor mensal do contrato para cada dia útil de atraso;	
Belo Horizonte, _____ de _____ de 20____		
<nome do responsável pelo preenchimento> <cargo do responsável pelo preenchimento> <setor do responsável pelo preenchimento>		<nome e MaSP da testemunha 1> <nome e MaSP da testemunha 2>

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES:

11.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do FORNECEDOR, sujeitando-a as seguintes sanções:

11.1.1. advertência, que será aplicada sempre por escrito;



- 11.1.2. multas moratória e/ou indenizatória;
 - 11.1.4. suspensão temporária do direito de licitar com a CONTRATANTE;
 - 11.1.6. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, no prazo não superior a 05 anos.
- 11.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do FORNECEDOR, sujeitando-o, ainda, ao seguinte:
- 11.2.1. rescisão unilateral da contratação de fornecimento sujeitando-se o FORNECEDOR ao pagamento de indenização à CONTRATANTE por perdas e danos;
 - 11.2.2. indenização à CONTRATANTE SEPLAG, relativa à diferença de custo para contratação de outro licitante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos e condições previstos nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Este Contrato será publicado em forma de extrato no Diário Oficial, na conformidade do disposto no Parágrafo Único do art. 61 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

É competente o Foro da Comarca de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, para dirimir as questões oriundas deste Contrato.

E, contratados, lavram o presente termo contratual, que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Belo Horizonte, ____/____/____.

ASSINATURAS



MINUTA DO CONTRATO

LOTE 3

**CONTRATO Nº. ____/2008, DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO,
MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA
INTERNACIONAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM
O GOVERNO DE ESTADO DE MINAS GERAIS,
POR MEIO DA _____, E
_____.**

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da (...) sediada na Rua (...), nº. (...), em Belo Horizonte/MG, CNPJ nº. (...), representada pelo (...), Sr. (...), CI nº (...) e CPF (...), doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e a empresa (...), sediada na rua (...), bairro (...), na Cidade de (...), estado de (...), CEP (...), CNPJ nº (...), representada (...), CI nº (...), CPF nº (...), , neste contrato denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato de (...) em conformidade com a licitação modalidade REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO/2011, processo nº./2011, vinculando-se ao Edital, seus anexos e à proposta respectiva, emitida em ____/____/2011, independentemente de transcrição, aplicando-se, ainda, o disposto nos Decretos 44.786 e 44.787, de 18 de abril de 2008, pela Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei nº. 14.167, de 10 de janeiro de 2002, e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e suas posteriores alterações, observando-se supletivamente os procedimentos do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução ANATEL nº. 85, de 30/12/98; na Portaria nº. 1.960, de 06/12/96, do Ministério das Comunicações; no Plano Geral de Outorgas, aprovado pelo Decreto nº. 2.534, de 02/04/98 e demais normas regulamentadoras expedidas pela ANATEL relativas à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado, mediante as seguintes CLÁUSULAS e condições:

Os serviços ora contratados foram objeto de licitação realizada na modalidade Pregão Presencial - Registro de Preços nº./2011, em regime de execução indireta, empreitada por



preço integral, tipo menor preço. O presente contrato vincula-se ao referido certame, bem como à proposta da licitante vencedora, emitida em __/__/2007, bem como aos Anexos e que integram o edital do Registro de Preços Pregão nº./2011 independentemente de transcrição e no que a este não contrariar.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto desse contrato consiste na contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, na modalidade Longa Distância Internacional, exclusivamente originadas dos terminais móveis do Plano Corporativo, conforme tabelas constantes no Item 4.6.3, do Anexo I do Edital SEPLAG ____/2011, para ligações originadas das estações móveis deste Plano, a serem contratadas por órgãos e entidades do Governo do Estado de Minas Gerais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Proporcionar, no que lhe couber, as facilidades necessárias para que o FORNECEDOR possa cumprir as condições estabelecidas neste Contrato;
- b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados credenciados pelo FORNECEDOR, atinentes ao objeto contratual;
- c) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Contrato;
- d) Responder pelos débitos gerados pela utilização dos serviços, ainda que findo o prazo da contratação, nos termos da legislação aplicável;
- e) Assegurar aos técnicos do FORNECEDOR, sempre que necessário, o acesso às dependências da CONTRATANTE para a prestação dos serviços relacionados com o objeto da contratação, respeitadas as normas de segurança interna da CONTRATANTE;
- f) Comunicar ao FORNECEDOR qualquer irregularidade verificada nos serviços prestados;
- g) Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho e qualidade;
- h) Controlar as ligações realizadas e documentar a ocorrência de problemas;
- i) Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que, ressalvados os casos de força maior justificados pela CONTRATANTE, não devem ser interrompidos;



- j) Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor vigente das tarifas na data da emissão das contas telefônicas;
- k) Emitir pareceres sobre os atos relativos à execução do Contrato, em especial quanto ao acompanhamento e à fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas nas especificações e à aplicação de sanções;
- l) Tornar disponível, quando for o caso, as instalações e os equipamentos necessários à prestação dos serviços;
- m) Relacionar as dependências das suas instalações físicas e os bens de sua propriedade colocados à disposição do FORNECEDOR durante a prestação dos serviços, com a indicação do estado de conservação, se for o caso.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- a) Responsabilizar-se por todas as obrigações decorrentes desta contratação, bem como as estabelecidas na Lei nº. 9.472/97, no contrato de concessão/autorização firmado com a ANATEL, e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem prestados;
- b) Manter o sigilo e a inviolabilidade dos serviços, respeitadas as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo das telecomunicações e os regulamentos do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC);
- c) Possibilitar o acesso às informações quanto às condições dos serviços, tarifas e preços praticados;
- d) Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbito federal, estadual ou distrital e municipal, como também assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL, inclusive quanto aos preços oferecidos na proposta;
- e) Prestar os serviços contratados com padrão de qualidade, regularidade, segurança, atualidade, eficiência e modicidade de tarifas, sempre de acordo com as normas estabelecidas pelo Poder Concedente, evitando a interrupção do serviço;
- f) Zelar sempre pela igualdade de tratamento entre os diversos usuários no acesso aos serviços;



- g) Arcar com todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais a que a CONTRATANTE for compelida a responder, no caso de os serviços prestados por força deste Contrato violarem, por culpa exclusiva da CONTRATADA, direitos de terceiros;
- h) Levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência deste Contrato, para a adoção das medidas cabíveis, prestando os esclarecimentos julgados necessários;
- i) Responsabilizar-se por quaisquer conseqüências oriundas de acidentes que excepcionalmente possam vitimar seus empregados nas dependências da CONTRATANTE, quando do desempenho dos serviços atinentes ao objeto deste Contrato, ou em conexão com ele, devendo adotar todas as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor;
- j) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se a atender as reclamações a respeito da qualidade dos serviços prestados;
- k) Providenciar a imediata reparação, correção, remoção ou substituição, total ou parcial, às suas expensas, de serviço prestado pelo FORNECEDOR na rede externa, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução inadequada;
- l) Atender de imediato às solicitações da CONTRATANTE, no caso de qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados, devendo restabelecê-los no prazo de 8 (oito) horas, a contar da notificação;
- m) Fornecer, mensalmente, ou quando solicitado, o demonstrativo de utilização dos serviços;
- n) responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, sua ou de seus empregados, imprudência, imperícia ou negligência, quando da execução dos serviços prestados na rede externa, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;
- o) Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus técnicos, durante a execução dos serviços na rede externa, ainda que a falta seja praticada nas dependências da CONTRATANTE;



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão

- p) Não veicular publicidade acerca da contratação, salvo mediante prévia autorização por escrito da CONTRATANTE.
- q) Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela contratante em prazo inferior a 48 (quarenta e oito) horas;
- r) Atender com presteza o telefone cujo número foi fornecido pela Contratada para registro de reclamações;
- s) Não cobrar por serviços não prestados;
- t) Disponibilizar mensalmente as informações dos contratos e faturas no portal na Internet, discriminado no item 5.2 do Anexo I a este Edital;
- u) Enviar corretamente as contas e/ou faturas telefônicas aos órgãos contratantes;
- v) Cumprir a determinação estipulada em edital no tocante à instalação dos serviços no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da assinatura do contrato;
- w) Responsabilizar-se por quaisquer consequências oriundas de acidentes que excepcionalmente possam vitimar seus empregados nas dependências da CONTRATANTE, quando do desempenho dos serviços atinentes ao objeto deste Contrato, ou em conexão com ele, devendo adotar todas as providências que, a respeito exigir a legislação em vigor.
- x) Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Parágrafo Único: é vedada a subcontratação dos serviços avençados, sob pena de incursão nas sanções previstas nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DO FORNECEDOR:

- a) Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados ou prepostos, por todas as despesas decorrentes da execução do Contrato, sob sua responsabilidade, tais como: salários, seguro de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
- b) Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais de sua responsabilidade previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a



saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

- c) Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;
- d) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE;
- e) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal de sua responsabilidade, relacionadas ao objeto desta contratação, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

Parágrafo Único: a inadimplência do FORNECEDOR com referência aos encargos estabelecidos nesta Cláusula não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual o FORNECEDOR renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DAS TARIFAS E PREÇOS

Parágrafo Primeiro - As tarifas e preços a serem praticados pela CONTRATADA na prestação dos Serviços, são aqueles ofertados na proposta vencedora da sessão pública de pregão havido em ____/____/____, que correspondem, nesta contratação a um valor total anual estimado de R\$ _____, conforme a Tabela a seguir:

Lote 3 - Longa Distância Internacional	Nº de acessos	Preço Unitário sem ICMS	Preço Unitário com ICMS
MERCOSUL (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai) (em minutos)			
Estados Unidos da América (Inclusive Havaí) (em minutos)			
Canadá e demais países das Américas e Antilhas (em minutos)			
Portugal (Inclusive Açores e Ilha da Madeira) (em minutos)			



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão

Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Liechtenstein, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça (em minutos)			
Demais países da Europa e Oriente Médio (em minutos)			
Austrália e Japão (em minutos)			
África (em minutos)			
Demais países da Ásia, Oceania e Ilhas do Pacífico (exclusive Havaí) (em minutos)			

5.1. No caso de ligações em roaming internacional, prevalece o preço em dólares americanos (US\$) no caso de divergências no momento do faturamento.

5.2. As tarifas descritas na tabela anterior serão aplicadas aos seguintes acessos móveis: <listar número e código DDD de todos os acessos pertencentes aos Planos Corporativos contratados pelo órgão>

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS E TARIFAS:

Os valores das tarifas telefônicas, cujos serviços correspondentes estejam compreendidos no contrato, poderão ser reajustados nos termos da Lei Federal nº. 8.666, de 1993, em decorrência de autorização da ANATEL, mediante aplicação dos índices ou percentuais divulgados por esta.

Parágrafo Primeiro: a possibilidade de reajuste do contrato deverá observar, o interregno de 1 (um) ano, a contar da data de apresentação da proposta ou, no caso de ocorrência reincidente, da data do último reajuste, salvo expressa disposição legal em sentido diferente.

Parágrafo Segundo: Caso seja determinada a redução das tarifas pela ANATEL, ficará o FORNECEDOR, de igual modo, obrigado a repassá-la à CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento mensal da despesa será realizado pela CONTRATANTE através de quitação bancária (por meio eletrônico) ou crédito em conta corrente bancária declarada pela CONTRATADA, que deverá apresentar, mensalmente, Nota-Fiscal Fatura de Serviços de Telecomunicações para liquidação e pagamento da despesa, com antecedência mínima de 05



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão

(cinco) dias, antes do dia de vencimento mensal pactuado, nos termos do regulamento de Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução ANATEL n°. 85, de 30 de dezembro de 1998.

Parágrafo Primeiro: A contratante poderá efetuar contestação dos débitos constantes da Nota Fiscal-Fatura de Serviços de Telecomunicações, nos termos dos art. 62 a 66, do Regulamento de Serviço telefônico fixo Comutado, aprovado pela Resolução ANATEL n°. 85, de 30 de dezembro de 1998.

Parágrafo Segundo: Contestado o débito objeto da Nota Fiscal-Fatura de Serviços de Telecomunicações, será emitida nova nota fiscal do débito remanescente, se houver, para pagamento na data nesta apazada.

Parágrafo Terceiro: Constatado ser devido o débito contestado, será o valor incluído na nota fiscal-fatura do próximo mês, acrescido de multa e juros pertinentes, conforme previsto na Portaria n° 1960, de 06/12/96, do Ministério das Comunicações.

Parágrafo Quarto:

O não pagamento da nota fiscal ou fatura de serviços até a data de seu vencimento, sujeitará o Contratante, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, às seguintes sanções:

- a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês;
- b) correção monetária pelo IPC-A, após o decurso de 12 meses a contar do vencimento.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas com fornecimento do bem indicado na Cláusula Primeira deste contrato, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: _____.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA:

Este Contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo prorrogado, por meio de Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, incluídos os primeiros 12 (doze) meses de vigência, exceto no tangente à previsão do § 4º, art. 57 da Lei n°. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS NÍVEIS DE SERVIÇO



10.1. Os Órgãos Contratantes deverão monitorar a prestação dos serviços referentes ao Lote 3 visando garantir o correto cumprimento do contrato, devendo registrar as ocorrências e aplicar as sanções conforme a tabela abaixo:


Ocorrência	Sanção
1. Cobrança por serviços não prestados.	Devolução do valor cobrado indevidamente e multa de 10% do valor da fatura;
2. Não atender plenamente ao item 2.1. e 2.2. do Anexo I durante o período de vigência do contrato;	Multa de 2% do valor total do contrato para cada localidade não atendida;
3. Não respeitar o prazo estipulado no item 5.4;	Multa de 1% do valor mensal do contrato para cada dia útil de atraso;

10.2. Os Órgãos e Entidades contratantes deverão registrar as ocorrências na Ficha de Avaliação de Nível de Serviço segundo o modelo anexo, assinar e encaminhar uma cópia para a empresa contratada e uma cópia para a SEPLAG;

10.3. Uma vez aplicada uma penalidade, a empresa contratada terá 45 (quarenta e cinco) dias a partir da data da apresentação da Ficha de Avaliação de Nível de Serviço para efetuar o pagamento da(s) multa(s), na forma definida pelo contratante.

10.4. A empresa contratada não será responsabilizada pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, como atos de inimigo público, guerra, revolução, bloqueios, epidemias, fenômenos meteorológicos de vulto, perturbações civis, ou acontecimentos assemelhados que fujam ao controle razoável de qualquer das partes contratantes.



FICHA DE AVALIAÇÃO DE NÍVEL DE SERVIÇO		
Governo do Estado de Minas Gerais <Nome do Órgão/Entidade> <Nome da unidade responsável pela gestão do contrato> <Número do contrato>		
		
Empresa Contratada:		
Consultor:		
Telefone e e-mail de Contato:		
Registro de Ocorrências		
Ocorrência	Sanção	Comentários/total da sanção por item
1. Cobrança por serviços não prestados.	Devolução do valor cobrado indevidamente e multa de 10% do valor da fatura;	
2. Não atender plenamente ao item 2.1. e 2.2. do Anexo I durante o período de vigência do contrato;	Multa de 2% do valor total do contrato para cada localidade não atendida;	
3. Não respeitar o prazo estipulado no item 5.4;	Multa de 1% do valor mensal do contrato para cada dia útil de atraso;	
Belo Horizonte, _____ de _____ de 20____		
<nome do responsável pelo preenchimento> <cargo do responsável pelo preenchimento> <setor do responsável pelo preenchimento>		<nome e MaSP da testemunha 1> <nome e MaSP da testemunha 2>

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES:

11.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do FORNECEDOR, sujeitando-a as seguintes sanções:

- 11.1.1. advertência, que será aplicada sempre por escrito;
- 11.1.2. multas moratória e/ou indenizatória;
- 11.1.4. suspensão temporária do direito de licitar com a CONTRATANTE;
- 11.1.6. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, no prazo não superior a 05 anos.

11.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do FORNECEDOR, sujeitando-o, ainda, ao seguinte:

- 11.2.1. rescisão unilateral da contratação de fornecimento sujeitando-se o FORNECEDOR ao pagamento de indenização à CONTRATANTE por perdas e danos;
- 11.2.2. indenização à CONTRATANTE SEPLAG, relativa à diferença de custo para contratação de outro licitante.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos e condições previstos nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Este Contrato será publicado em forma de extrato no Diário Oficial, na conformidade do disposto no Parágrafo Único do art. 61 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

É competente o Foro da Comarca de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, para dirimir as questões oriundas deste Contrato.

E, contratados, lavram o presente termo contratual, que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Belo Horizonte, ____/____/____.

ASSINATURAS



ANEXO X – ÓRGÃOS PARTICIPANTES

ADEMG – Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais
AGE – Auditoria Geral do Estado
AUGE – Auditoria Geral do Estado
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
CBMMG – Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais
CODEMIG – Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
DEOP – Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais
DER – Departamento de Estrada e Rodagem do Estado de Minas Gerais
DETEL – Departamento Estadual de Telecomunicações
Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de MG
EPAMIG – Empresa de Pesquisa e Agropecuária do Estado de Minas Gerais
ESP – Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais
FAOP – Fundação de Arte de Ouro Preto
FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FCS – Fundação Clóvis Salgado
FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente
FHEMIG – Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais
FUCAM – Fundação Educacional Caio Martins
FJP – Fundação João Pinheiro
FUNED – Fundação Ezequiel Dias
GASMIG -
GMG – Gabinete Militar do Governador
HEMOMINAS – Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais
IDENE – Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
IEF – Instituto Estadual de Florestas
IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas
IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária
INCONFIDENCIA – Rádio Inconfidência Ltda
INDI – Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais
IO – Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais
IPEM – Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais
IPSEMG – Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais
IPSM – Instituto de Previdência dos Servidores Militares de Minas Gerais
ITER – Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais
JUCEMG – Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
MGS – Minas Gerais Administração e Serviços SA
MGI – Minas Gerais Participações SA
Ministério Público do Estado de Minas Gerais



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão

OGE – Ouvidoria Geral do Estado
PCMG – Polícia Civil do Estado de Minas Gerais
PRODEMGE – Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais
REDEMINAS – Fundação TV Minas Cultural e Educativa
RURALMINAS – Fundação Rural Mineira
SEAPA – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SEC – Secretaria de Cultura
SEF – Secretaria de Fazenda
SECTES – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SEDE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SEDESE – Secretaria de Desenvolvimento Social
SEDRU – Secretaria de Desenvolvimento regional e Política Urbana
SEDS – Secretaria de Defesa Social
SEEJ – Secretaria de Esportes e da Juventude
SEE – Secretaria de Educação
SEGOV – Secretaria de Governo
SEMAD – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão
SES – Secretaria de Saúde
SETOP – Secretaria de Transporte e Obras Públicas
SETUR – Secretaria de Turismo
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais
UTRAMIG – Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais
UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros



ANEXO XI – DEMONSTRATIVO DOS CONTRATOS ATUAIS

Órgãos	Voz	Voz e dados	Voz intra-grupo	Modems	Vencimento dos contratos
ADEMG	22	1		5	jul/11
AGE	82	3			jan/11
ARSAE	19				abr/11
AUGE	12	2			jan/11
CBMMG	229	108			dez/10
CETEC	15	1			abr/11
DEOP	25	1			mar/11
DER	39	1	39		mar/11
DETEL	3	1			dez/10
DPEMG	30	1			abr/11
EMATER	44	1		3	mai/11
EPAMIG	9	1		1	mar/11
ESP	19	1			dez/10
FAOP	11	1			mai/11
FAPEMIG	18	1		3	fev/11
FCS	21	1	13		abr/11
FHEMIG	334	1	39		jun/11
FUCAM	9	1			jun/11
FJP	61	1			jun/11
FUNED	9	1			jun/11
GASMIG	105	157		63	fev/11
GMG	75	11			mai/11
HEMOMINAS	155	1			mai/11
IDENE	13	1		23	abr/11
IMA	35	1	34		mai/11
INCONFIDÊNCIA	28	1		3	jun/11
INDI	30	15			jun/11
IPEM	5	1			mai/11
IPSEMG	74	1			mai/11
IPSM	13	1			jul/11
ITER	6	1			jun/11
JUCEMG	22	1			jun/11
MGS	130	40			fev/11
OGE	17	2			dez/10
PCMG	1172	20		8	mai/11
PRODEMGE	73	11			fev/11
REDEMINAS	5	1			mai/11
RMBH	6				abr/11
RURALMINAS	18	1			jun/11
SEAPA	18	2			dez/10
SEC	15	2			fev/11



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão

SEF	327	4	14		fev/11
SECTES	26	5			dez/10
SEDE	39	5			mar/11
SEDESE	54	5			jun/11
SEDRU	30	4		3	dez/10
SEDS	679	6			dez/10
SEEJ	32	3			mar/11
SEE	208	7			dez/10
SEGOV	172	16		31	mai/11
SEMAD	120	7	86		dez/10
SEPLAG	725	13		10	dez/10
SES	246	5	560		dez/10
SETOP	29	4			dez/10
SETUR	19	2			mai/11
UEMG	43	5			dez/10
UTRAMIG	20	1			mar/11
UNIMONTES	57	6			fev/11
SUBTOTAL	5852	498	785	153	
TOTAL	7288				



ANEXO XII – MINUTA DO TERMO DE ADESÃO

Termo de Adesão que entre si celebram a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, através da Superintendência Central de Governança Eletrônica - SCGE, na qualidade de Órgão Gestor e o(a).....

....., como Órgão Participante, para fins de participação no Registro de Preços de Serviço de Telefonia Móvel

Por este termo de Adesão, o(a).....
.....,
inscrita no CNPJ sob o nº., com sede na Rua
.....,
neste ato representado(a) pelo(a) <cargo>.....,
Sr(a).....,
concorda com os termos do Registro de Preços a ser promovido pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, inscrita no CNPJ sob o nº. 054611420001-70, através da Subsecretaria de Gestão – SUGES, neste ato representada pelo Sr.(a) Frederico César Silva Melo, para fins de Registro de Preços de Serviço de Telefonia Móvel, conforme previsto pelo art. 7º, do Decreto Estadual nº. 44787, de 18 de abril de 2008, com as seguintes quantidades:

- a) **Intra-grupo:** acessos que realizam somente ligações locais (VC-1) para outros acessos da Rede Corporativa (intra-grupo) e utilizam aparelhos “padrão voz”; Esses acessos só faturam “Assinatura (1)” e “VC-1 intra-grupo” (custo zero): todos os demais serviços que geram custos serão bloqueados:
.....acessos.
- b) **Voz:** acessos que utilizam todos os serviços de voz e SMS, por meio de aparelhos “padrão voz”; Os serviços de tráfego de dados devem ser bloqueados:
.....acessos.
Interface digital: interfaces a serem instaladas em centrais PABX:
.....acessos.
- c) **Voz e dados:** acessos que utilizam todos os serviços licitados, por meio de aparelhos “padrão voz e dados”:



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão

acessos.

- d) **Modem** (3G ou equivalente): Para acesso a serviços de tráfego de dados:
..... acessos.

Total de acessos:
.....

Belo Horizonte, de de

Representante Legal
Órgão Gestor

Representante Legal
Órgão Participante